



1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 15 DE
4 SETEMBRO DE 2023, PRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA
5 OUVIDORIA AGRÁRIA.

6 Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2023, às 9:00h, deu-se início
7 a 7ª Reunião Ordinária de 2023, dos membros da Comissão Permanente
8 de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
9 Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da Ouvidoria
10 Agrária do TJPA. Participaram da reunião: Des. Mairton Marques
11 Carneiro, Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de
12 Monitoramento, Estudo, Assessoramento das Questões Ligadas à
13 Grilagem – CPMEAQLG; Dr. Manuel Carlos de Jesus Maria, titular da
14 Vara Agrária de Santarém; Ibraim José das Mercês Rocha, representante
15 da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Andreia Macedo Barreto,
16 representante da Defensoria Pública do Estado (DPE); Marcus Wagner
17 Teixeira, representante da Defensoria Pública da União (DPU); Dr.
18 Amarildo José Mazzutti, titular da Vara Agrária de Marabá; Tiago de Lima
19 Ferreira, representante do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); Dr.
20 Antônio Fernando de Carvalho Vilar, titular da Vara Agrária de Altamira;
21 Dr. Haroldo Silva da Fonseca, titular da Vara Agrária de Redenção; Carlos
22 Eduardo Barroso Bordalo, representante da Assembleia Legislativa do
23 Estado do Pará (ALEPA); Myrza Tandaya Pegado, representante da
24 Associação dos Notários e Registradores (ANOREG); Mario Alfredo
25 Souza Solano, representante da Federação da Agricultura e Pecuária no
26 Pará (FAEPA); Manuel Raimundo Carvalho Moraes, representante do
27 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Adriana
28 Afonso Nobre, representante da Ordem Dos Advogados do Brasil – Seção
29 Pará (OAB/PA). A reunião foi gravada em áudio e vídeo, com degravação
30 realizada posteriormente. **PAUTA:** 1. Aprovação da ATA de Reunião
31 Ordinária realizada no dia 14 de julho de 2023; 2. Informes: 2.1.
32 Realização da 5ª edição do Casamento Comunitário; 2.2. Posse da
33 Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará; 2.3. XVIII





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

34 Semana Nacional da Conciliação; 3. Portaria Presidência nº 205, do
35 Conselho Nacional de Justiça, que institui a Comissão Nacional de
36 Soluções Fundiárias; 4. Portaria nº 3525/2023-GP, que institui a
37 Comissão de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário do Estado do Pará
38 e dá outras providências; 5. Ofício nº 54/2023 — Gab/BORDALO,
39 encaminhado pelo Gabinete do Deputado Estadual Carlos Bordalo, no dia
40 04 de julho de 2023; 6. Manifestações em resposta à Moção 449/2023-
41 ALEPA; 7. Ofício nº 98-SVA encaminhado pelo Juízo da Vara Agraria de
42 Altamira, comunicando sobre a ocorrência de conflitos armados no lote
43 109, Fazenda Luciana, da Gleba Belo Monte, no município de Anapu/PA.
44 8. O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: Bom, nós estamos em número...
45 em seis só. Então vamos aguardar mais um instante para ver se
46 completamos o quórum de 11. Caso não haja, 9h15, nós abriremos com
47 seis, que é o quórum mínimo. E particularmente eu queria me dirigir aos
48 componentes da nossa comissão. Ou não estão dando o devido aparato
49 à comissão, ou então as entidades não desejam continuar, né? Da vez
50 passada eu encaminhei ofício a todas as entidades. Para quê? Se,
51 porventura, o representante aqui não pudesse vir, mandasse um suplente.
52 Mas ocorre que, da vez passada, eu soube, em que pese a reunião nossa
53 ter sido marcada com um mês de antecedência, geralmente se pergunta
54 se tem alguma coisa a... Ninguém tem. Então, presume-se que todo
55 mundo esteja sem problema algum. Mas não. Da vez passada, um
56 representante aqui, ao invés de estar na comissão, estava - nada contra
57 - na Corrida das Margaridas, né? Na Marcha das Margaridas. Quer dizer,
58 sugerindo que efetivamente não deseja. Um outro tinha um outro
59 compromisso não sei onde. Quer dizer, ou nós vamos levar a sério a coisa
60 ou não levamos. Então eu já encaminhei, né, esse ofício, pedindo que as
61 entidades coloquem outras pessoas mais próximas daqui, ou então... Não
62 é que eu queira ver ninguém. Não é que eu queira ver ninguém. É o CNJ
63 que mandou fazer a coisa presencial. Não sou eu, não. ORADOR NÃO
64 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
65 PRESIDENTE: Pode. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento
66 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Nós temos 18, né? Dezoito, é.
67 SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: [pronunciamento fora do

2. Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060. Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: cuj@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS A GRILAGEM.

68 microfone]. DES. PRESIDENTE: Hum? É grande, mas se porventura for
69 o caso, nós vamos eliminar algumas entidades dessas que efetivamente
70 não encontram-se vindo efetivamente. É a segunda vez, por exemplo, o
71 representante da Fetagri? Pois é. É a segunda vez. Uma aqui... Tem que
72 desde que o Dr. Girolamo saiu da titulação, né, já não vem. Aí vem um
73 outro que também não comparece. Aí, lá na véspera vem dizer que não
74 pode porque assumiu compromisso e tal. E por que não assumiu isso
75 antes, sabendo que tinha esse compromisso aqui, na nossa comissão?
76 Mas vamos aguardar. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO:
77 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Fique à
78 vontade, doutor. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Bom dia
79 para todos, para todas. Deputado Bordalo. Eu quero me solidarizar, Dr.
80 Mairton, com Vossa Excelência. Quando lá em Alepa o pessoal vai criar
81 esses grupos, eu sempre assume uma posição bastante rígida com o
82 tamanho deles. Houve um período no país que nós vivemos uma onda de
83 questão dos conselhos. Era conselho para todo canto. O que era natural,
84 porque o país estava vivendo o processo de redemocratização e tudo.
85 Mas se criaram conselhos 'irreuníveis' porque nunca dava quórum, Dra.
86 Andreia. Então nós precisamos encontrar uma mediação entre este nível
87 de participação e representatividade com efetividade. Existem, nos
88 regimentos, às vezes, dessas comissões, um dispositivo que uma falta,
89 duas ou três faltas seguidas implicam no desligamento imediato. Eu acho
90 que a gente poderia começar a pensar alguma coisa assim. Porque o
91 senhor já fez o esforço, que eu sou testemunha de enviar. Eu tenho tido
92 cuidado, quando eu não posso, de designar o deputado Aveilton, que é o
93 meu suplente. Mas é só uma sugestão, doutor. Obrigado. DES.
94 PRESIDENTE: É justamente isso que eu estava pensando, viu? E na
95 nossa coisa, e começar a eliminar certas entidades que, porventura...,
96 mas vamos aguardar, vamos dar mais uma parada. Eu vou encaminhar
97 novamente ofício. Por exemplo, aqui o Ministério Público não está
98 presente. Dra. Ione está não sei onde, a Dra. Helena está não sei aonde.
99 Sim, e aí? Quer assumir compromisso... Você assumiu compromisso
100 muito anterior aqui, na nossa comissão. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
101 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Exato. Mas

3..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: quvidoria.agencia@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

102 agora vamos iniciar então, né? Bom, vamos iniciar, então, com um
103 quórum mínimo. Nós temos seis, só, é isso? Quem são?. SR. LAÉRCIO
104 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Representante da Procuradoria Geral do
105 Estado, Dr. Ibraim Rocha; representante do Iterpa, Dr. Tiago Ferreira;
106 representante da Defensoria Pública do Estado, Dra. Andreia Barreto;
107 representante da Defensoria Pública da União, Dr. Marcos Teixeira;
108 representante da Anoreg, Dra. Myrza; e representante da Alepa, deputado
109 Carlos Bordalo. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
110 microfone]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Sim. E agora o
111 representante da Faepa, Dr. Mário Solano. **ITEM 01.** DES. PRESIDENTE:
112 Muito bem, então vamos dar início. E eu coloco em aprovação a Ata da
113 sessão anterior. No silêncio, ela está provada porque foi encaminhada a
114 todos e ninguém se manifestou. **ITEM 2.1.** Aqui eu quero dizer da minha
115 satisfação que foi realizar a 5ª Edição do Casamento Comunitário. E eu
116 conclamo novamente os nossos juizes agrários, todos estão aqui
117 presentes, né? Está faltando algum? Só o Dr. André. Mas o Dr. André, ele
118 está de férias. Mas conclamo, novamente, a nós fazermos, se engajar
119 neste projeto. É um projeto sensacional, muito bom. Nós temos aqui a
120 grande ajuda do nosso deputado Bordalo. Pois é. Deputado Bordalo nos
121 dá uma ajuda muito grande em relação a casamento comunitário, e de
122 alguns pastores e de alguns padres também, e de alguns líderes
123 comunitários. Vamos chamar ele para nós todos, todos eles para nós,
124 para nós termos uma amizade maior. Porque, na realidade, hoje, hoje,
125 penso eu, que a melhor coisa que se tem é a amizade. Vamos ser amigos.
126 Vamos deixar dessas situações, outras que acontecem. E vamos,
127 efetivamente, sermos amigos da comunidade. Quanto mais nós nos
128 aproximamos da comunidade é melhor. Se for na hora, na ocasião de
129 tomar uma medida mais drástica, vamos tomar. Talvez até contragosto,
130 mas vamos tomar, certo? Mas, enquanto isso, vamos chegar ao nosso
131 denominador comum, que seria justamente esta amizade. Hoje, o
132 magistrado já não é mais aquele que se encastela, é aquele que já chega
133 junto à comunidade. Vejo assim. E eu pediria que os senhores se
134 engajassem nesse projeto, que é um projeto muito bacana, muito bonito.
135 **ITEM 2.2.** Feito esse aspecto, eu quero dizer que no dia 13 de setembro

4..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

136 eu recebi, do Ministério Público Estadual, um comunicado que o Dr.
137 Geraldo de Mendonça Rocha tomou posse como Ouvidor Geral do
138 Ministério Público. E tenho conhecimento, também, que já foi escolhido
139 ouvidor agrário, que é o Dr. Waldir Macieira, né? Hoje acho que ele não
140 foi intimado para comparecer hoje, aqui. Deveria ter sido, tá? Mas vamos
141 fazer, então, o congratulamento(sic) ao Dr. Geraldo Mendonça Rocha,
142 assim como Dr. Waldir Macieira. Vamos colocar um ofício encaminhando
143 ao procurador-geral, da nossa satisfação, tanto de um quanto do outro.
144 Alguém tem alguma proposta ao contrário? Se não tem, está provado.
145 Bom, agora chegou a ocasião em que nós passarmos aqui para aquela
146 portaria da presidência, né? Primeiro... Oi? ORADOR NÃO
147 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. **ITEM 2.3.** DES.
148 PRESIDENTE: Ah, tá. Tá. Tem a Semana da Conciliação que vai ser
149 realizada, é a 18ª Semana de Conciliação, que acontecerá dia 6 a 10 de
150 novembro de 2023. Esta campanha é em prol da conciliação. Nós não
151 temos condições, a não ser que os juizes agrários tenham feito alguma
152 pauta em relação, para ver se concilia alguma coisa nesta época? Tem
153 algum que tenha feito? Não, né? ORADORA NÃO IDENTIFICADA:
154 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Hein?
155 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Seria do Juizado Ambiental?. DES.
156 PRESIDENTE: Seria do Juizado Ambiental. Mas como nós não temos,
157 vamos deixar para lá. Mas nós temos aqui, o regulamento e orientações
158 estão no nosso portal do TJ, e do CNJ. Bom, aqui, então, passemos que
159 é uma... Nós temos que parar um pouco mais aqui. **ITEM 03.** Portaria da
160 Presidência n. 205, Conselho Nacional de Justiça, que instituem a
161 Comissão Nacional de Soluções Fundiárias. Eu queria, em princípio, dizer
162 aos senhores que eu não iria participar dessa comissão. Eu não estava
163 com interesse e, inclusive, disse que eu declinava qualquer coisa em prol
164 do Nupemec, que é o que vem já fazendo. Mas aí eu fui pego de surpresa,
165 a Presidência me chamou e disse: "Olha, a doutora, ela não quer, e o
166 senhor que é o burro de carga". Aí é comigo mesmo. Aí nós temos que...
167 Aí eu aceitei, né? Então foi publicada toda essa portaria. Os senhores já
168 tem, é do CNJ 205, que instituiu a comissão, e a comissão tem os
169 seguintes membros, eu só conheço um aqui: é o Luiz Philippe Vieira de

5...Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: ouvidoria_agraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

170 Melo Filho é o conselheiro CNJ que é o coordenador; a Fabiane Pieruccini
171 é juíza auxiliar da Presidência do CNJ, mas ela hoje é desembargadora
172 já, esta eu conheço, esta que foi aquela que foi fazer aquela visita no
173 Divino Pai Eterno. Não é? Aí vem o Gervásio Protásio dos Santos,
174 desembargador do Estado do Maranhão; Fernando Antônio Prazeres,
175 desembargador do Estado do Paraná; Ricardo Perlingeiro,
176 desembargador federal do Tribunal Federal da 2ª Região; Agenor Ferreira
177 de Lima Filho, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de
178 Pernambuco; Anderson Máximo, desembargador do Tribunal de Justiça
179 do Estado de Goiás; Rosineide Gadelha Pamplona Medeiros, juíza do
180 Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Gabriela Lanz de Lacerda, juíza
181 auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho. Então esses que
182 são os que irão coordenar a Nacional. **ITEM 4.** Como a Nacional joga para
183 o Tribunal de Justiça as soluções aqui, do Estado do Pará, a
184 desembargadora presidente, através da Portaria de n. 3.525/2013, institui
185 a Comissão de Soluções Fundiária do Poder Judiciário do Estado do
186 Pará, e dá outras providências. A Portaria foi publicada no Diário de
187 Justiça e tem por objetivo - aqui a gente tem que parar um pouco para
188 refletir -: promoção da paz social e da dignidade da pessoa humana com
189 atuação voltada para ações consensuais dos conflitos fundiários de
190 natureza coletiva, rurais e urbanos, de modo a evitar o uso de força
191 pública no cumprimento de mandado de reintegração de posse ou
192 despejo, e restabelecer diálogo entre as partes, autoridades públicas e
193 demais interessados. Este é o objetivo. Acredito eu que até neste objetivo
194 aqui, esta portaria elimina a nossa comissão. Porque vai tratar de todo o
195 assunto, inclusive conflitos agrários, vai também tratar de assuntos de
196 grilagem de terra e uma série de coisas. Isso aqui é questão de nós
197 estudarmos para ver se vai absorver ou não a nossa comissão. Acredito
198 que não, porque a nossa comissão é para elaborar estudos,
199 monitoramento dessas situações todas e jogar para quem de direito. No
200 caso aqui, nós deveríamos fazer esses estudos todos e mandar para a
201 solução fundiária do Poder Judiciário, que é essa aqui. ORADOR NÃO
202 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] rural como urbano.
203 DES. PRESIDENTE: Oba. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E hoje tem o

6..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: ouvidoria_agraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

204 rural, o urbano--DES. PRESIDENTE: É, hoje acabou. ORADOR NÃO
205 IDENTIFICADO: Acabou. Então foi--DES. PRESIDENTE: Ai eu vou
206 dizer. O art. 4º da Comissão de Soluções Fundiária terá a seguinte
207 composição: um desembargador indicado pela Presidência, que a
208 presidirá; quatro magistrados escolhidos pela Presidência do TJ-PA a
209 partir da lista de inscritos aberta a todos os interessados. Por meio deste
210 ato, conforme o art. 23, foram revogadas as disposições constantes nas
211 portarias números tais e tais, de modo que deixam de existir duas
212 comissões voltadas para a atuação rural e urbana, separadamente,
213 passando a vigorar apenas uma Comissão Regional. ORADOR NÃO
214 IDENTIFICADO: Entendi. DES. PRESIDENTE: No caso, a Comissão
215 Regional no momento, no momento, ainda estou na fase de... Por quê?
216 Porque alguns colegas estão pedindo para sair, né? Por exemplo, eu
217 estou como presidente, coordenador da comissão, né, Mairton, ouvidor
218 agrário; aí tem um juiz auxiliar de terceira entrância, o Acrísio Tajra de
219 Figueiredo, vai participar; tem o Horácio de Miranda Lobato Neto, também
220 vai participar; nós temos um juiz auxiliar de terceira entrância Márcio
221 Teixeira Bittencourt, também vai participar; nós temos o juiz Agenor
222 Cassio Nascimento Corrêa de Andrade, daqui a pouco eu tenho uma
223 reunião com ele; e os demais irão participar também, porque a doutora...
224 Como é o nome dela? Saiu, pediu para sair, não foi? Dra. Betânia pediu
225 para sair. E nós temos membros suplentes também, que é o Dr. Carlos
226 Márcio de Melo Queiroz, que já pediu para sair, e a Pâmela Carneiro
227 Lameira, que também vai participar conosco. Então, é essa sequência
228 que nós iremos trabalhar. Como será feito esse trabalho, né? Nós temos,
229 a princípio, 1,2 mil processos de desocupação urbana, coletivo, e nós
230 temos 99, não é isso?.SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Do
231 rural? DES. PRESIDENTE: Rural. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
232 JUNIOR: Setenta e cinco. DES. PRESIDENTE: Setenta e cinco, mas teve
233 alguns que já voltaram? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:
234 Isso, exato. DES. PRESIDENTE: Então há a sequência de 80 para nós
235 também fazermos as situações. Como é que irá ser feito isso? Eu, da vez
236 passada, fiz um cronograma, aquele cronograma vai ser respeitado, só
237 que agora com outro diapasão, né? Já não vai ser mais a nossa comissão,

7..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

238 vai ser a comissão designada pela Presidência que, por sorte, ela também
239 está cumprindo decisão do CNJ. Então vai fazer a inspeção primeiro na
240 área, vai ser um juiz de direito, ou dois juízes de direito, serão convidados,
241 promotores de justiça e defensores públicos a participarem desta visita na
242 área, né? Após isso, poderá ser marcado lá mesmo a questão de
243 mediação, que o próprio magistrado, veja bem, o magistrado que fará,
244 não vai ser mais comissão alguma, o magistrado que fará a mediação
245 desse assunto. E todos aqui que foram escolhidos estão preparados para
246 isso. Todos já estão preparados. O Horácio, por exemplo, acho que os
247 nossos colegas já conhecem de longo e tenebroso inverno, né? É uma
248 pessoa muito boa. Conciliador nato. Nós temos também o Dr. Acrisio. Não
249 sei se conhecem, mas também é uma pessoa maravilhosa. Nós temos
250 também o Dr. Márcio Teixeira Bittencourt, que também é muito bom. Nós
251 temos o Dr. Agenor, que é expert no assunto, né? E nós temos Dra.
252 Pâmela também, que é uma pessoa muito boa em situações aí. Então, eu
253 irei marcar, né, com eles uma reunião e vamos ver daqui para frente como
254 é que nós vamos fazer. Nós temos que fazer a coisa com calma, mas
255 depois que começar, aí a coisa não pode parar. Acredito eu que até o final
256 do ano, né, nós vamos ter essa condição. E aqui eu queria contar também
257 com o deputado Bordalo e com outros deputados amigos nosso, porque
258 eu estou encaminhando uma proposta de lei para a Assembleia
259 Legislativa, para que a Assembleia Legislativa nos dê condições
260 financeiras para proceder com essas viagens, porque o TRIBUNAL
261 efetivamente não tem, né? E nós vamos ter que deslocar diversos juízes
262 para tudo quanto for lado, né? Eu sei que aqui vai se transformar em uma
263 casa efetivamente de lei. Vai ser, talvez, o andar e vir vai ser mais até que
264 o próprio Tribunal de Justiça, porque os interesses aqui são maiores, né?
265 Mas ninguém... Nós estamos preparados aqui para isso, né, estamos
266 preparados. Se porventura não tiver, a Presidência do Tribunal nos dará
267 todas as condições necessárias para assim proceder. E espero que até o
268 final do ano nós tenhamos essas soluções advindas ou de mediação, ou
269 então se tiver que usar a polícia, infelizmente vamos usar. Não é a minha
270 intenção. Por exemplo, ontem a grande ajuda do Dr. Jarbas Vasconcelos,
271 não é doutor? Que ele irá também nos dar o apoio necessário também,

B...Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

- e-mail: ouvidoriaagraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

272 através da Secretaria de [ininteligível] e Justiça, vamos fazer convênios.
273 E é ara abertura de convênio também, viu, deputado Bordalo? Para ver
274 se a gente tem condições... SR. CARLOS ALBERTO BARROS
275 BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE:
276 Sim, sim. Sim. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Quando for
277 necessário, no limite, realizar realmente a desocupação forçada, não é?
278 Que é isso que se chama. Tem que entrar esse mecanismo de
279 preparação social. DES. PRESIDENTE: Isso a própria Polícia Militar
280 [ininteligível]. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Que aí a
281 secretaria do Dr. Jarbas pode ser fundamental. DES. PRESIDENTE:
282 Exatamente. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Para
283 coordenar com o prefeito local, a prefeita, a Secretaria de Assistência, a
284 Defensoria, toda a preparação para aquelas recomendações do Conselho
285 Nacional de Direitos Humanos. Eu acho que esse é o caminho. Obrigado.
286 DES. PRESIDENTE: Nós temos que obedecer rigorosamente o que diz a
287 nossa portaria. Dr. Ibraim quer falar. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS
288 ROCHA: Bom dia a todos. Desembargador, eu fiquei particularmente feliz,
289 né? Claro que surgem as dúvidas sobre a atuação, porque, por exemplo,
290 eu sei que o Dr. Agenor, que está na comissão, por exemplo, faz parte do
291 Nupemec. Eu só queria assim, mais um esclarecimento do Tribunal se,
292 por exemplo, apesar de existir a comissão, alguns mecanismos do
293 Nupemec ainda vão ser utilizados ou não? Por exemplo, eu me lembro
294 que quando não estava definido isso, houve uma reunião no Tribunal com
295 a desembargadora Dahil que preside o Nupemec, e ela nos falou da
296 possibilidade de construir um convênio através da CDH com a
297 universidade para a questão do levantamento das áreas que seria feito,
298 inclusive coordenado pela Professora Luly Fischer, né? Aí eu não sei, por
299 isso que eu queria saber se, por exemplo, para esse tipo de atividade que
300 exarada no Nupemec vai para essa comissão ou permanece no
301 Nupemec, vai ser feito um aditivo ou um convênio, sei lá, um termo de
302 cooperação da comissão com o Nupemec? Assim, como o Nupemec já
303 tinha uma experiência, como esses mecanismos que existem no
304 Nupemec vão permanecer lá ou vão para essa comissão? Eu queria esse
305 conhecimento. DES. PRESIDENTE: Não, tudo virá para cá. Tudo. Tudo





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

306 virá para cá. E daqui é que nós vamos agora, mesmo com a expertise lá
307 do Nupemec, nós temos uma expertise melhor para esse assunto. Mas
308 nós estamos trazendo, inclusive,, Dr. Agenor, conforme o senhor falou,
309 que traz toda a expertise de lá do Nupemec. E aqui nós, logicamente,
310 iremos agregar para fazer uma coisa melhor. De forma que será
311 respeitado os direitos humanos, assim como os direitos humanos, assim
312 como as pessoas de direitos humanos deverão respeitar as decisões
313 emanadas. Não adianta depois dizer assim: "Ah, porque eu não sabia".
314 Tudo irá ser feito no seu devido tempo, no seu devido lugar, né? Só vamos
315 iniciar. Quando iniciar, entendemos que aí a coisa vai andar. E como diz
316 o deputado Bordalo: "O Pará tem pressa", e eu também, né? Nós todos
317 temos pressa para resolvermos alguma coisa que venha, logicamente, a
318 ser melhor para o Pará. Pois não, minha doutora? ORADOR NÃO
319 IDENTIFICADO: Sr. Presidente. DES. PRESIDENTE: Deixa ela falar ali.
320 SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Bom dia a todas, a todos. Eu
321 queria, na verdade, abordar dois pontos nisso que o senhor está
322 mencionando. Eu encaminhei ao expediente, acho que ontem, ou
323 anteontem, e eu fiquei um pouco também confusa com relação ao
324 endereçamento. Foi criada essa nova comissão com essa portaria que eu
325 está fazendo referência. Tem também o Cejusc, né, que o Dr. Ibraim, já
326 mencionou, e tem a comissão que nós estamos reunindo aqui. O primeiro
327 ponto, né, só para diferenciar e colocar importância--DES.
328 PRESIDENTE: Não, espera, espera. Só um minutinho. A comissão, esta
329 nossa comissão vai servir de assessoramento para a Comissão de
330 Solução de Conflitos, tá? Vamos fazer diferença, tá? SRA. ANDRÉIA
331 MACEDO BARRETO: É porque na portaria, dessa aqui, Vossa Excelência
332 está também como presidente, nessa que o senhor está mencionando, e
333 como não tem, por exemplo, o endereçamento, o e-mail, por exemplo, ou
334 uma especificação, mais dizer espaço físico, né, já que tem o Cejusc
335 também. Que a gente estava se comunicando com o Cejusc, inclusive,
336 dentro do processo. Acho que o primeiro ponto foi isso com relação,
337 porque, inclusive, encaminhou o expediente para Vossa Excelência, mas
338 para o e-mail desta Ouvidoria, tá? Acho que isso é um ponto operacional
339 importante, porque não era para esta comissão, era exatamente para esta





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

340 comissão que o senhor está se referindo neste momento. O senhor
341 entendeu? DES. PRESIDENTE: Ela já te adiantou. SRA. ANDRÉIA
342 MACEDO BARRETO: Já. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
343 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Deixa eu só
344 dizer, doutora, como nós estamos ainda na elaboração de todo o plano,
345 está certo? Futuramente, futuramente que eu falo bem próximo, está
346 certo? Para ontem. A senhora irá receber um comunicado dessa
347 comissão, que ainda não foi expedido nenhum. SRA. ANDRÉIA MACEDO
348 BARRETO: Está ótimo. Está ótimo. Então já... [ininteligível] para esta
349 comissão. Está bom. DES. PRESIDENTE: Todas essas informações
350 possíveis, está certo? De forma que nós temos que entender que agora
351 não será mais Nupemec, nem Cejusc que a senhora fala aí, será só aqui,
352 só o coordenador das soluções fundiária, que sou eu. SRA. ANDRÉIA
353 MACEDO BARRETO: Perfeito. DES. PRESIDENTE: E aí a gente vai...
354 SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Urbano e rural. DES.
355 PRESIDENTE: Urbano e rural. SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO:
356 Pois essa foi uma questão importante, porque quando eu enderecei, eu
357 enderecei para a Ouvidoria, mas para o senhor, enquanto presidente
358 dessa nova comissão. Isso é um ponto. DES. PRESIDENTE: Tá. Tá bom.
359 SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: O outro, né, que o senhor
360 mencionou inicialmente é que esta comissão, esta atual, agora, que nós
361 estamos, que a gente resume em combate à grilagem, mas não é só isso,
362 é destacar também como ela é auxiliar, mas também a importância dela,
363 porque a composição desta comissão aqui, ela é diferente e traz,
364 inclusive, muitos agentes importantes, né? E como o senhor já
365 mencionou, ela tem uma função também de trazer outros elementos,
366 como estudo, assessoramento. E vi que no art. 3º desta portaria que saiu
367 agora, eu acho que dia 23 no Tribunal, ela fala também de levantamento,
368 estudo, mas só para posicionar a importância também desta comissão
369 para além do levantamento de despesas do cumprimento da ADPF 828,
370 mas também de outras frentes, né, que esta comissão tem, inclusive com
371 a visita *in loco*, né, a presença do Incra e outras instituições.
372 Acho que é isto, doutor. DES. PRESIDENTE: Tá. ORADOR NÃO
373 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.





PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

374 PRESIDENTE: Um instantinho fazer a colocação. Está sendo tudo
375 gravado. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
376 microfone]. DES. PRESIDENTE: Tá. Deixa eu só lhe informar, doutora.
377 Essa comissão, esta nossa comissão tem uma importância tremenda.
378 Nem pense diferente, nem pense diferente. Quando eu penso que esta
379 comissão tem 18 membros, de várias matizes, é porque ela tem que
380 continuar, a não ser que as entidades não queiram, não é? Por exemplo,
381 se não quiser, tem certas entidades que não vêm para cá, e a gente vai
382 ter que eliminar, né? Não é o caso seu, da sua entidade. Então as pessoas
383 que não querem, infelizmente, a gente não pode continuar... Como diz o
384 deputado Bordalo: A gente não pode bater em ferro frio", não é isso,
385 doutor deputado?. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É
386 verdade. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Sr. Presidente,
387 registro a presença do representante do Incra, Dr. Raimundo Moraes; e
388 da representante da OAB, Dra. Adriana Nobre. DES. PRESIDENTE:
389 Doutor do Incra chegou? Cadê? ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
390 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Por onde anda
391 o homem do Incra? Há? Cadê? Até que enfim o senhor apareceu. Bom
392 dia. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
393 DES. PRESIDENTE: Deixa eu lhe dizer. Inclusive, estava até
394 conversando com o deputado Bordalo, dado que eu pedindo, pensando
395 seriamente em pedir a extinção do Incra. É sério. O Incra não trabalha. O
396 Incra faz algumas coisas que, meu Deus do céu. Então o senhor está
397 chegando agora, assim como eu falei lá em Marabá, e o Dr. Mazutti estava
398 lá, vamos trabalhar, a gente. Vamos dar o sangue pelo Pará. Quando eu
399 falo sangue pelo Pará, é em termos de trabalho. O Incra, eu digo que o
400 Incra só funcionou até 1990, depois disso, o Incra, sei lá, 'despingolou' a
401 não fazer mais nada, que, meu Deus do céu. O Incra era um primor, um
402 primor até 1990. Tinha um arquivo invejável, viu, doutor? Invejável. Digo
403 isso porque eu trabalhei diversas vezes no Incra, como advogado que era,
404 e o Incra efetivamente funcionava. Mas hoje eu vejo o Incra assim, como
405 uma... E o que é pior, viu, deputado Bordalo? Lá em Marabá, eu observei
406 duas coisas. Primeiro, eu passei pela frente, estava lá na placa: "Não
407 podemos atender ninguém porque estamos em fase de mudança de





408 software". Tá bom. Não tinha para voltar. E eu, na ida, né, fui conversando
409 com as pessoas, né, e entrando, conversando com algumas pessoas que
410 frequentavam, frequentam o Inkra lá em Marabá. E lá ele me dizia: "Mas,
411 doutor, o senhor sabe de uma coisa?". O que foi? A gente é curioso, né?
412 "É porque o Inca não funciona. Só funciona às terças-feiras". Mas por
413 quê? "Não, porque segunda tem que atender não sei quem; quarta, quinta
414 e sexta-feira ele fica fechado". E aí? E eu chamei a atenção do
415 representante que estava lá, do Inkra, que não esteve... Olha só, não
416 esteve presente em Santarém, não esteve presente em Altamira e não
417 esteve presente também em Redenção. E aí eu digo: Mas por que isso?
418 Qual o motivo do Inkra receber? Olha só, receber por toda a semana e
419 trabalhar um dia só? Eu não encontrei resposta. Eu disse para o
420 [ininteligível]: Quiçá Sua Excelência consiga fazer com que o Inkra
421 funcione. E aqui para nós, viu, doutor? Eu estou, eu estou vendo a sua
422 luta, viu, Dr. Moraes? Estou vendo sua luta para levantar o Inkra aqui.
423 Inclusive o deputado, ex-superintendente, eu chamei a atenção dele,
424 inclusive. É o deputado Nil. SR. CARLOS ALBERTO BARROS
425 BORDALO: Coronel Nil. DES. PRESIDENTE: Coronel Nil. Aí eu digo:
426 Não, o senhor também não funcionou, não. "Não, porque foi dado título,
427 foi dado título". Está errado. Erroneamente. Negócio de dar título
428 provisório dizendo que é definitivo é complicado. Você engana a
429 população. Não pode ser assim. Aí ele disse: "Não, mas doutor...". Foi
430 sim. Me mostre um. Não está lá nos alfarrábios do Inkra. Não está. Então
431 essa escolha tem que ser feita com consciência, com consistência. Eu
432 vejo que o senhor está tendo uma luta muito grande, muito árdua. Eu
433 acompanho o senhor aqui, no seu... Como é? Que tem esse status, né?
434 Não é status que o senhor tem? Pois é, eu vejo. O senhor trabalha muito
435 por Abaetetuba, mas não só por Abaetetuba, não, mestre. Não faço só
436 Abaetetuba, não. Não faça discriminação, não. Nada contra Abaetetuba.
437 Abaetetuba foi um município também que eu trabalhei muito, fui o primeiro
438 juiz criminal lá. Sei que ali é um município muito bom, muito gostoso. Mas
439 não faça essa discriminação, não. O senhor está em uma área que não é
440 só Abaetetuba que existe, não. Então vamos procurar as outras também,
441 está certo? Não é nenhuma crítica, não. Eu sei que está fazendo um bom





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

442 por Abaetetuba, mas nós temos outros municípios: Igarapé Mirim, nós
443 temos lá perto, lá perto, nós temos Barcarena... E por aí vai, né? E todas
444 pertence à sua superintendência. Mas, deputado Bordalo, o senhor queria
445 falar?.SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Obrigado, Dr.
446 Mairton. Duas coisas. A primeira que parece que agora nós estamos com
447 uma engenharia mais apropriada para tratar desse grande dilema
448 paraense e amazônico, né? Porque agora existem duas comissões de
449 estudo, acompanhamento e produção de análises e sugestões, e existe
450 um mecanismo para agilizar decisões. Eu sou daquele, doutor, que
451 acredito que nós estamos ingressando em um período que é uma
452 oportunidade imperdível para nós, para o Pará e para a Amazônia. Mas
453 se nós não enfrentarmos decisivamente e decididamente este passivo
454 gerado por uma circunstância histórica, esse passo seguinte estará
455 comprometido. Então, o nosso papel, o papel de todos nós, dos
456 magistrados, desembargadores, das instituições, por isso que eu me
457 comprometo pessoalmente a também falar com os movimentos e
458 entidades da sociedade civil que estão aqui, porque isso aqui é um
459 espaço que não pode ser negligenciado desta forma. É impressionante
460 como os grupos sociais brigam tanto por essas vagas, e quando essas
461 vagas se efetivam, eu não vejo a mesma correspondência de
462 comprometimento. Eu aproveito para informar a Vossa Excelência, e à
463 comissão, que na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia nós
464 somos uma caixa de ressonância do Estado, né? E nós temos uma função
465 também de nos anteciparmos a situações que não desejamos. Eu tenho
466 dito que muitos casos que ocorrem e que levam a extremos é talvez
467 porque faltou, em dado momento, que uma água fosse jogada ali, na
468 fervura. Segunda-feira eu estou fazendo uma diligência em caráter de
469 urgência ao município de Santa Luzia do Pará, pela Comissão de Direitos
470 Humanos da Assembleia. Porque notícias preocupantes de lá não
471 chegaram. Ali é um conflito que muitos já conhecem, já se arrasta há
472 décadas. E, ultimamente, de novo se tem verificado lá refregas entre
473 ocupantes e membros das fazendas. Então eu vou na área, segunda-
474 feira, eu estou colocando à disposição de todas as nossas parceiras aqui,
475 parceiros que queiram acompanhar. Deve sair da porta da Alepa, na





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

476 segunda-feira, entre 6h e 6h30 da manhã, uma van que a Assembleia
477 está disponibilizando para a comissão se deslocar. Iremos marcar as 10h
478 na porta lá, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de
479 Santa Luzia, fica na BR mesmo, o ponto de encontro final para quem
480 quiser ir de carro, e de lá nós vamos nos deslocar para o Acampamento
481 Quintino Lira para fazer uma escuta, conversar, ver o que está ocorrendo
482 e trazer informações que eu vou transformar em um relatório para
483 oferecer a essa comissão como elemento de trabalho. Era o que eu tinha
484 a dizer. E daqui a pouco eu vou ter que me retirar, doutor, porque eu tenho
485 que ir lá no hangar que está acontecendo a Semana da Advocacia. Quero
486 parabenizar todos os advogados aqui. Aqui é um lugar de advogados e
487 de bacharéis. E eu vou para uma mesa que me convidaram exatamente
488 que vai abordar essa questão das reintegrações de posse urbanas. Já
489 estou me metendo na história do urbano. E eu vou participar desta mesa.
490 Já vou levar as notícias que recebi de Vossa Excelência. Quero lhe
491 agradecer. Muito obrigado. SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO
492 MORAES: Bom dia. Saudar a mesa. Saudar todos da comissão. Dr.
493 Mairton, assim, é muito deselegante da sua fala em relação ao Incra.
494 Primeiro, é importante dizer para todos e todas, que o Incra aqui no estado
495 do Pará tem três superintendências. Em outra oportunidade eu já falei
496 isso a esta comissão lá em Castanhal. E pôr o Incra de Belém... pôr o
497 Incra do Nordeste do Pará ter sede em Belém, e nem todas as instituições
498 ainda terem o conhecimento do fluxo, eles repassam as coisas
499 principalmente para Belém, e consideram que Belém é a única
500 superintendência do estado. Nós temos três superintendências: uma em
501 Santarém, uma com sede e, Santarém, que é Oeste, outra com sede em
502 Marabá, que é o Sul-Sudeste, e outra com sede em Belém, que é a maior,
503 mas está em Belém do nordeste do Pará, que chama Superintendência
504 PANE. E é injusta a sua--. DES. PRESIDENTE: Só esqueci do escritório
505 de Altamira. SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: É. Não, o
506 escritório de Altamira faz parte da Superintendência de... é uma unidade
507 da Superintendência de Santarém. Como aqui nós temos três unidades,
508 aqui a nossa superintendência: Capitão Poço, Paragominas e Tomé-Açu.
509 Mas dizer que o Incra não trabalha é ser injusto com os trabalhadores do





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

510 Incra, que passaram por um período de extrema dificuldade... injusto para
511 uma instituição que tem uma importância singular na vida do trabalhador
512 e da trabalhadora do campo. É injusto com os esforços que tem sido feito
513 para nós retomarmos a política de reforma agrária no nosso país. Daí eu
514 dizer que a gente está aqui em um processo de extrema construção, de
515 extrema doação, de muita doação e que se o senhor for acompanhar *pari*
516 *passu* o trabalho que o Incra tem feito, como a Dra. Andreia tem
517 acompanhado, como a DPU tem acompanhado, como o MPF tem
518 acompanhado, você vai perceber que o Incra trabalha, e trabalha... e os
519 servidores do Incra estão trabalhando, além, inclusive, das suas
520 atribuições, porque tem compromisso com a pauta e estão envolvidos
521 com o conjunto de problemas que se avolumou, que se avolumou nesse
522 período de falta, sim, de compromisso com a pauta. Então, nós, já nesse
523 curto período de gestão, na última semana, nós tivemos a retomada da
524 mesa quilombola, entendeu? E nós tivemos uma participação para mais
525 de 300 pessoas na sede do Incra. Um debate extremamente tenso,
526 porque tem um passivo extremamente alto e envolvido um conflito alto em
527 três territórios, que nós estabelecemos uma dinâmica para tentar
528 acompanhar, que a gente chama aqui: a dinâmica do Alto Acará, com a
529 Marco Alta, com a Betel, ali no Marajó, com a questão do Arrozal,
530 Barcarena, que é um conflito urbano, a questão dos territórios
531 quilombolas. Segunda-feira nós tivemos uma reunião com todos os
532 movimentos do campo para nós alinharmos a agenda. E nós estamos em
533 um processo muito forte de retomada da política pública. Entendeu? O
534 Incra Nacional apresentou o decreto de criação dos novos créditos, das
535 novas políticas e nós estamos em um processo de alinhamento e
536 discutindo o orçamento para o outro ano. Então, doutor, é muito
537 importante se conjunturar das coisas que estão acontecendo, porque
538 quando a gente faz uma fala dessa, desconstrói e desestimula todo o
539 esforço que está sendo feito, entendeu? E sobre Abaetetuba, eu sou filho
540 de Abaetetuba, sou quilombola de Abaetetuba, das ilhas de Abaetetuba e
541 o meu pai e minha mãe moram em Abaetetuba. Nós temos, em
542 Abaetetuba, 23 assentamentos do Incra; e eu estou em Abaetetuba
543 sempre nos finais de semana. Mas você pode ter certeza que não tem um





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

544 privilégio na ação do Incra em relação a Abaetetuba. E se tiver, porque lá
545 tem beneficiários também. Mas eu já visitei para mais de 40 municípios
546 no estado do Pará e nós estamos em ação permanente. Então, aqui nós
547 nos colocamos à disposição, mas nós também pedimos respeito à nossa
548 instituição e ao trabalho que nós estamos fazendo. Muito obrigado. DES.
549 PRESIDENTE: Muito bem. Eu só queria saber quando é que o senhor
550 assumiu? Só me responda quando o senhor assumiu. SR. MANUEL
551 RAIMUNDO CARVALHO MORAES: Dia 28 de março. DES.
552 PRESIDENTE: Que bom! Que bom! O senhor assume dia 28 de março e
553 já fez tudo isso. Mas que bom! Que bom! Entendeu? Que bom! Porque
554 até então--SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: Eu me
555 comprometo daqui a 15 dias vai apresentar um relatório de todo esse
556 trabalho que está sendo feito, que é para você acompanhar além das
557 minhas redes sociais, está bom? DES. PRESIDENTE: Que bom! Que
558 bom! E o senhor está... eu estou me congratulando com o senhor, está
559 certo? Agora, eu não retiro uma palavra do que disse em relação ao Incra.
560 Porque o Incra, até então, até o senhor chegar, até o senhor fazer essa
561 fala eloquente, né, eu não reconheço o Incra como trabalhador. Agora,
562 depois do senhor é outra coisa. Assim como eu falei, eu citei aqui Marabá,
563 não citei em nenhum momento aqui, citei Marabá. Marabá é inoperante.
564 Aliás, o Incra como um todo era inoperante. Se hoje o Incra está operante,
565 como o senhor acaba de falar, eu me congratulo com o senhor. Porque,
566 assim como o Senhor deseja, eu também desejo que o Incra funcione
567 direito, que até então não funciona. Não posso conceber que o Incra me
568 passe 15 anos para mandar uma resposta para uma Justiça Agrária. Isso
569 é brincadeira! É brincadeira isso! Se hoje está funcionando, muito
570 obrigado. Muito obrigado. Agora não retiro uma palavra do que disse
571 antes do senhor. Vou procurar efetivamente ver, o senhor veio dizer que
572 vai mandar, me mande, por favor, que é para mim chegar e dar os
573 parabéns completo ao senhor. Por enquanto não posso dar. Por enquanto
574 não posso dar. Por enquanto, os trabalhadores do Incra, para mim, são
575 inoperantes. São inoperantes. Mas, como o senhor falou, vamos
576 aguardar. Por isso eu disse para o rapaz lá de Santarém, de Santarém
577 não, de Marabá, eu daria um voto de confiança a ele, né? Assim como





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

578 estou dando para o senhor. Aliás, dei anteriormente. Agora, também não
579 posso conceber que o Incra falte nas reuniões aqui. E o senhor faltou da
580 vez passada. Dr. Mário, o senhor deseja falar? Fique à vontade. SR.
581 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Sim, senhor. Excelentíssimo Sr.
582 Desembargador Mairton Carneiro, presidente da comissão, bom dia. Srs.
583 Juizes das Varas Agrárias, bom dia. Bom dia a todos os membros da
584 comissão. Uma satisfação rever a todos, com saúde, que é mais
585 importante. Senhoras e senhores, cabe a mim aqui, como representante
586 do setor produtivo, pela Federação, fazer um contraponto no tema que
587 nós estamos aqui discorrendo referente à questão da Portaria 3.525. Nas
588 considerações, senhoras e senhores, já trata exatamente que a origem
589 de tudo isso aqui é a ADPF 828. Da 828 resultou na Resolução 510 do
590 CNJ. Entretanto, isso já foi dito em reunião pretérita, antes de sair essas
591 resoluções, a nossa preocupação da forma da interpretação, da
592 materialização desse processo. Porque nós discorremos exatamente o
593 seguinte, a 828, inclusive formalizamos à presidente do Tribunal de
594 Justiça, eu tenho a cópia do ofício aqui, preocupados com isso. Por quê?
595 Porque uma coisa é nós tratarmos dos mandados de reintegração de
596 posse que ficaram paralisados comparado à questão da 828, que tem
597 referência à pandemia. Outra coisa é o que eu estou entendendo: que não
598 é só a questão dos mandados de reintegração de posse que ficaram
599 parados em decorrência da pandemia, é daqui para frente. Nós
600 entendemos, pela Federação, que não cabe. Não está isso claro na
601 definição e nas considerações do ministro Barroso, na 828, na última
602 decisão dele, de 30 de outubro do ano passado. Então assim, é
603 preocupante, porque nós temos aí dezenas e dezenas parados há anos.
604 Uma o senhor se lembra, inclusive tem a ver com a região nordeste aqui,
605 16 anos para sair a reintegração de posse; teve que esperar mais três
606 agora, que está paralisado por causa da questão da 828 e sem previsão
607 de cumprimento dessas reintegrações. Outra preocupação, senhoras e
608 senhores, eu tomei o cuidado de ler com cautela esta portaria.
609 Desembargador, com todo o respeito que a Federação tem com esta
610 Casa e com o Poder Judiciário, é citado aqui nos artigos, parágrafos,
611 incisos, seis vezes de 'movimentos sociais'. E nós nos reconhecemos na

18..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA, Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-

5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.





612 portaria somente em uma palavra 'e outros'. Nós somos os outros. Então
613 é assim, justamente a representação que faz parte desta comissão, que
614 não é mais só de mediação, não é só... Aliás, não é só de assessoria, é
615 de estudo e monitoramento. Ela foi ampliada para a questão de mediação
616 de conflitos, não é só de grilagem. Isso recentemente. Exatamente por
617 causa dessa situação de 828. E nós não estamos claro aqui. Nos
618 preocupa essas seis vezes que são citados movimentos sociais, por quê?
619 Porque nós temos CNPJ; e quando não temos, o produtor tem CPF. O
620 movimento social, que movimento social? Quem são? Quem os
621 representa? Alguma vez foram notificados? Foram identificados? Esse é
622 um dos grandes problemas que nós já denunciávamos aqui, em reuniões
623 pretéritas, que o grande problema é que chega na hora de identificar
624 essas pessoas que cometem crimes, isso tem que ficar claro, não é só a
625 questão da reintegração de posse, isso é apenas um remédio jurídico,
626 mas, por trás disso, são os mais diversos crimes correlatos que são
627 cometidos. E eu fico preocupado porque a vítima não é dado ênfase, e
628 nem na portaria. Essa é a nossa preocupação aqui, representando os
629 produtores rurais desse estado, que não é grande, é grande, pequeno e
630 médio. São milhares de produtores nesse estado que labutam também no
631 dia a dia. E outra coisa que é importante, desembargador, tanto no CNJ
632 como aqui, é que tem uma parte aqui atrás que faz referência ao Conselho
633 Nacional de Direitos Humanos, e diz assim: que tem que se preocupar
634 com a questão, inclusive, de encaminhamento de moradia. Mas quer dizer
635 que vale a pena invadir? Eu cometo ilícito e ainda sou beneficiado com
636 programas de habitação. Porque que me cabe, representante do Incra, a
637 legislação do Incra é muito clara: quem é pego e identificado cometendo
638 crime de invasão não tem direito a entrar no programa de reforma agrária.
639 Por que é que não tem? Porque seria um incentivo! Então me desculpe
640 aqui, mas eu tenho muitas vezes que fazer essas intervenções,
641 contrariado pela Federação, porque nós ficamos em uma situação muito
642 delicada. Eu ouço aqui várias vezes, é uma pena, eu vou esperar na
643 próxima vez o nosso ilustre deputado estar presente, mas já é a segunda
644 vez que eu ouço: desocupação forçada. Isso é narrativa! Não existe
645 desocupação forçada no ordenamento jurídico brasileiro. O é esbulho ou





646 é reintegração, está lá capitulado. Então vamos parar com narrativas
647 dentro de uma área que é jurídica. Essas são nossas considerações. Eu
648 poderia falar muitas coisas além do que está na portaria, mas fico por
649 aqui, desembargador. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Deixa eu
650 apenas fazer uma colocação ao coronel Solano. A portaria de soluções
651 conflitos foi criada devido o CNJ ter, logicamente, baixado a portaria geral,
652 para todo o Brasil. Ninguém, até o momento, se falou que ela é
653 inconstitucional. Estou ouvindo agora, né? Já que a federação sua está
654 com essa insatisfação, deverá encaminhar expediente, via Supremo
655 Tribunal Federal, para, efetivamente, ver. Mas eu não vejo
656 incondicionalidade, doutor. Eu, particularmente, não vejo. O que vejo é
657 uma espécie de... A preocupação do ministro Barroso foi justamente essa:
658 evitar futuros conflitos que redundassem em derramamento de sangue,
659 né? Então a preocupação é só essa, é só uma, só essa. Quanto aos
660 direitos sociais, nós temos que, também tenho que colocar ao senhor, que
661 a Constituição, ela é clara também quando diz que a propriedade tem que
662 ter meio social, né? Então nós temos que guardar as proporções quando
663 faz essas eloquências assim. E, até o momento, ninguém se posicionou,
664 pelo menos que eu saiba, quanto à Portaria do CNJ. Se quiser se
665 posicionar contra à Portaria da Presidência, que leva em consideração a
666 Portaria do CNJ, muito bem, também faça. Mas, por enquanto, a portaria
667 está em vigor e nós vamos obedecê-la, vamos obedecê-la. Não existe
668 essa... Agora, eu não tenho procuração aqui do deputado Bordalo, mas
669 isso aí foi um termo usado para o despejo compulsório. Termo que ele
670 usou, né? E nós temos que ter... A terminologia portuguesa, ela é muito
671 ampla e acho eu que ele usou esse termo não em um tom pejorativo ou
672 coisa parecida, mas sim, para mostrar que efetivamente nós temos que
673 obedecer a portaria. E a portaria vai ser obedecida, né?
674 Independentemente de qualquer coisa. Se os movimentos sociais foram
675 aquinhoados a maior é porque é previsto constitucionalmente. E o mesmo
676 ministro Barroso também foi feliz nas suas colocações. Nós temos que
677 ver... Por isso que eu peço para as entidades trabalharem, entendeu? Não
678 estou pedindo mais nada, nada, nada. Trabalharem afincadamente para
679 que não ouçamos as pessoas a dizerem: "Olha, é porque não está





680 funcionando por causa disso, por causa daquilo". Não é só o Incra, não.
681 A Polícia Civil também não trabalha, infelizmente. Ontem eu recebi uma
682 senhora aqui, lá de Altamira, viu, Haroldo? Ela simplesmente é uma
683 advogada. Primeiro eu tenho que fazer uma crítica advocacia.
684 Simplesmente a advocacia não está dando a cobertura necessária para
685 aquela senhora. A Dra. Rutilene. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
686 Rutiléia. DES. PRESIDENTE: Rutiléia, né? Ela esteve ontem aqui,
687 comigo. E eu disse para ela: Eu lhe coloco... Olha só, viu, doutor? Olha o
688 que ela me fala. Então lhe disse: Eu lhe coloco na proteção de
689 testemunhas, nesse programa. Ela disse: "Não, não quero". Mas por que
690 a senhora não quer? "Eu vou morrer. Eu vou morrer economicamente,
691 financeiramente". E ela tem razão. E ela tem razão. Aí digo... Aí eu fiz a
692 seguinte pergunta para ela: A senhora deseja morrer ou desejar ficar
693 pobre? Ela disse: "Olha, eu prefiro morrer". Olha só essa história, né? Mas
694 não é bem por aí, a coisa aí. Aí, veja bem, eu tenho que tomar providência
695 em relação a esta senhora. Por quê? E o doutor aqui, está aqui, o Dr.
696 Haroldo... O Dr. Vilar está aqui. Sabe o que essa senhora tem passado.
697 Mas, no final, ela chegou e disse assim mesmo para mim: "Olhe, Dr.
698 Mairton, eu lhe admiro porque o senhor chegou lá, colocou a casa em
699 dias". Não é bem assim. Não é bem assim, não. Eu só fui lá dar uma
700 palestra mal e porcamente, né? "Mas o senhor colocou. Dali em diante
701 começou a andar o meu processo". Digo: Não faça isso. Não diga, porque
702 a senhora está fazendo com que o Dr. Vilar não seja a pessoa. "Não, não,
703 doutor. Ele agora...". Não é só agora, não. Não é só agora, não. Ele está
704 dando agora e deu anteriormente também, né? Então veja bem, gente, a
705 coisa chegou, a advogada ser ameaçada. Chegou. Ela já foi três ou quatro
706 vezes, as pessoas foram na residência dela e ficaram olhando para cara
707 dela com fuzil apontado. Pode um negócio desse? Nós vivemos em um
708 país democrático, gente. Se você não gostou, vá ao Judiciário. Não
709 procure falar, fazer com que as pessoas façam justiça pelas próprias
710 mãos. Nós estamos funcionando. Nós estamos funcionando. É por isso
711 que eu digo que as entidades têm que funcionar. Né? E, sinceramente,
712 doutor, se o senhor está insatisfeito com a portaria, ingresse com a
713 medida cabível. Poderia até cair para mim, que sou desembargador, e eu





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS A GRILAGEM

714 vou analisar. Mas, a princípio, não vejo inconstitucionalidade. Não vejo, a
715 princípio. Mesmo porque, é oriundo lá do ministro Barroso, do Supremo
716 Tribunal Federal, e é um deles que vai examinar a constitucionalidade ou
717 não da portaria do CNJ. Está certo?. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA
718 SOLANO: Excelência, a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária
719 já entrou com uma ação direta de condicionalidade no que cabe. O nosso
720 hiato aqui é: a 828 referente à questão pandêmica. A questão é: o que
721 está sendo decidido, daqui para frente, além da questão pandêmica, ou
722 seja, dos processos que ficaram paralisados em detrimento da 828, além
723 desses processos, todos os outros processos daqui para frente vão
724 passar por todo esse rito? DES. PRESIDENTE: Não, não, não, não, não,
725 não. Não. Ai o senhor está generalizado. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA
726 SOLANO: Não, essa é a dúvida. DES. PRESIDENTE: Não,
727 generalizando. Aqui, todos os processos virão para cá, passar por aqui.
728 Todos. Todos irão ser analisados por mim. Todos, sem exceção. Da Adin
729 ou não, certo? Todos irão passar por aqui. Todos. Esta é a resposta que
730 nós vamos dar para a sociedade. Agora, logicamente, não irá obedecer o
731 rito da pandemia. O rito da pandemia são esses aqui que nós estamos
732 tratando, tá? Os demais não. Os demais, cada caso é um caso, né? Cada
733 caso é um caso. Eu não posso, por exemplo, liberar a polícia para uma
734 matança. De jeito e qualidade. Pode ficar certo disso, que eu não irei fazer
735 isso. Acima de tudo, nós temos que ter responsabilidade, tanto do
736 agronegócio quanto do pequeno, médio agricultor, ou do próprio
737 ocupante. É um ser humano que está ali, né? Então nós vamos tratar o
738 assunto caso a caso, tá? LAERCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR:
739 Presidente, a Dra. Adriana, representante da OAB, pede a palavra. DES.
740 PRESIDENTE: Quem?. LAERCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dra.
741 Adriana. DES. PRESIDENTE: Pois não, minha doutora. SRA ADRIANA
742 NOBRE: Bom dia, doutor. Bom dia a todos. Excelência, em relação a sua
743 fala a respeito da advogada Rutiléia, por fazer parte desta comissão, no
744 ano passado, no dia 26 de agosto, estou aqui com todos os ofícios,
745 coincidentemente eu tenho o salvo aqui no OneDrive e eu baixei. Por
746 integrar esta comissão e ser presidente da Comissão de Relações
747 Agrárias e Agronegócio, me encaminharam um ofício desta comissão a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

748 respeito das ameaças sofridas por essa advogada. No dia seguinte do
749 recebimento, eu encaminhei para a Comissão de Prerrogativas da OAB,
750 e o presidente me copiou aqui, encaminhou, foi ofício tanto para o
751 delegado geral quanto para a Secretaria de Segurança Pública, todos os
752 órgãos, todas as providências foram solicitadas e foram devidamente
753 encaminhadas e, inclusive respondidas por essa comissão. Causa-me
754 surpresa o senhor ter dito que a OAB não fez nada. Eu, como tenho todos
755 os documentos aqui, em mãos, digitalizados e arquivados, se o senhor
756 quiser, eu lhe disponibilizo agora, todos. Eu posso lhe encaminhar--DES.
757 PRESIDENTE: Eu tenho os documentos. Foi o que ela me falou. SRA
758 ADRIANA NOBRE: --todos os ofícios. DES. PRESIDENTE: Ela me falou,
759 e o advogado que a estava assistindo também assim me informou. Eu
760 digo: Mas venha cá, por que é que o senhor não procurou a OAB lá de
761 Altamira? SRA ADRIANA NOBRE: E é assim, a casa do advogado é a
762 OAB. Então o advogado, ele, primeiramente, ele tem que conhecer logo
763 o seu estatuto. E nós temos uma comissão de prerrogativas exatamente
764 em defesa das prerrogativas do advogado. Essa é uma comissão muito
765 atuante da OAB, tem capilaridade em todo o Estado do Pará, e eu
766 desconheço que, apesar de todos esses ofícios e esses memorandos que
767 foram circulados a respeito desse fato, que essa advogada tenha
768 comparecido na OAB para fazer qualquer tipo de reclamação. Então,
769 diante o silêncio dela, a inércia dela junto à OAB, então eu, sinceramente,
770 causa-me surpresa essa fala. Eu posso até reiterar, pedir informações
771 para a Comissão de Prerrogativa, que não é minha atribuição, tá? Mas
772 eu, como isso passou por mim, eu só estou lhe reportando que eu tenho
773 todos esses ofícios e que eu não tenho conhecimento, em nenhum
774 momento, que, desde então, ela tenha reiterado isso, reportado alguma
775 coisa tanto para a OAB quanto para a comissão, ou coisa relacionado.
776 DES. PRESIDENTE: Ela esteve ontem comigo e eu me reporte a isso
777 devido ao que ela me falou. Agora, se o senhor não desejar, não tem
778 problema nenhum. Agora, a Comissão de Prerrogativas é uma comissão
779 atuante, eu conheço, certo? Agora, deveria ter acompanhado mais de
780 perto, mais de perto essa situação, porque essa senhora está apavorada.
781 Ela está apavoradíssima, né? E, se a senhora quiser, não tem problema





PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

782 nenhum. Eu encaminho um ofício para a senhora dizendo que ela esteve
783 aqui, me informou isso, né? SRA ADRIANA NOBRE: E é assim também,
784 a OAB, ela pede as providências perante os órgãos responsáveis, foi para
785 a Secretaria de Segurança Pública, foi para o delegado geral. Então a
786 OAB, ela pede as providências que sejam cumpridas, mas não é ela que
787 vai fazer diretamente. DES. PRESIDENTE: Eu sei. Mas acontece que tem
788 que acompanhar, sabe, doutora? SRA ADRIANA NOBRE: Mas se a
789 própria parte interessada não se reportar, como é que a OAB vai atrás?
790 É complicado. DES. PRESIDENTE: A gente, muitas das vezes, a gente,
791 muitas vezes, peca por só fazer o escrito, não vai, não corre atrás. E
792 quando chega a uma situação dessa, eu vejo de bom alvitre, porque
793 advogados têm morrido aí sem solução. Eu conheço um que faleceu aí, e
794 até agora não teve julgamento de ninguém. Não se teve, não foi noticiado.
795 Seria bom que a OAB mostrasse o que está fazendo, na realidade. Essa
796 senhora, por exemplo, está apavoradíssima, e ela é uma advogada, né?
797 E nós temos que ter respeito pela profissão. E deveria... Isso é
798 pensamento meu, tá? A Comissão de Prerrogativas deveria ir atrás disso
799 aí, para saber efetivamente como é que está a coisa. SRA ADRIANA
800 NOBRE: A comissão, ela atua mediante a provocação. Então, como eu
801 lhe falei, então eu acho que se realmente ela veio... Primeiro, que ela
802 deveria ter reportado à OAB não ter vindo aqui na Corregedoria. Mas se
803 o fato persiste, ela tem que se reportar à comissão, tem comissão própria
804 para isso dentro da OAB. DES. PRESIDENTE: Eu vou encaminhar um
805 ofício. A senhora quer que encaminhe para onde? SRA ADRIANA
806 NOBRE: Para a Comissão de Prerrogativas. Para a Comissão de
807 Prerrogativas. DES. PRESIDENTE: Porque eu me preocupei ontem com
808 essa senhora, sabe? SRA ADRIANA NOBRE: Não, quando eu recebi o
809 ofício, eu acho que no mesmo dia eu encaminhei para a Secretaria Geral
810 da OAB, para a Comissão de Prerrogativas e cobre pessoalmente o Dr.
811 Braz, que é o presidente da Comissão de Prerrogativas, e ele me
812 respondeu, e depois encaminhou todos os ofícios que foram dado
813 prosseguimento. Então, de lá para cá, ela não provocou mais nada, não
814 se comentou mais. Então para mim foi surpresa. Obrigada. DES.
815 PRESIDENTE: Felizmente eu peguei ela hoje... ela esteve ontem aqui.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

816 então eu estava tão atarefado que nem pude recebê-la, mas devido a isso
817 eu recebi e conversei com ela. **ITEM 05.** Bom, então vamos para o quinto
818 aqui. É o ofício da moção do deputado Bordalo. Isso aqui já foi até tratado,
819 não é? Inclusive com ele. E nós estamos fazendo essa atribuição da
820 Comissão de Soluções Fundiárias já, tá? **ITEM 06.** E tenho aqui o sexto
821 que é uma moção da Alepa, item pautado no item anterior, do Bordalo:
822 "No dia 18, em resposta ao ofício, esta comissão em decisão proferida
823 pelo [ininteligível] Georgiano Rodrigues Magalhães Neto, juiz federal da
824 [ininteligível] de Redenção, acerca dos conflitos agrários no Complexo do
825 Divino Pai Eterno para vosso conhecimento e providências", já foi
826 encaminhado aos senhores sobre essa resposta. Também houve a
827 resposta: "20 de julho foi encaminhada à esta comissão a resposta do
828 delegado geral, informando sobre as providências tomadas. A
829 manifestação foi encaminhada a todos os membros via e-mail". Eu ia para
830 o deputado Bordalo para saber o que tinha ocorrido, até então, ele não
831 me falou absolutamente nada em relação a isso. **ITEM 07.** E o sétimo é o
832 ofício encaminhado à Vara Agrária de Altamira, comunicando sobre a
833 ocorrência de conflito armado no Lote 109, Fazenda Luciana, da Gleba
834 Belo Monte, no município de Anapu. Esse o município é complicado, né,
835 doutor? Bom, trata-se de ofício e documento relacionado encaminhado
836 pelo juiz da Vara Agrária de Altamira, "11 de agosto, dando ciência da
837 situação de decisão proferida e da ocorrência de conflitos armados.
838 Foram encaminhados ofícios solicitando conhecimento e providência
839 acerca dos fatos narrados às instituições: membros desta comissão,
840 Secretaria de Estado de Segurança Pública, Delegacia de Conflitos
841 Agrários de Altamira, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
842 Sustentabilidade, Ministério Público Estadual, Federal, Superintendência
843 da Polícia Federal. Até a presente data obtivemos resposta da Delegacia
844 de Conflitos de Altamira, que foi encaminhada aos senhores; e
845 Superintendência da Polícia Federal que também foram encaminhadas...
846 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E da Semas também. DES.
847 PRESIDENTE: E da Semas, foi encaminhada a todos os senhores sobre
848 essas respostas. Alguma coisa, algum membro quer falar sobre essa
849 situação?. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR:

25..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-
5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

850 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pois não. Pois
851 não, doutor. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Bom,
852 bom dia. Me chamo Antônio, juiz da Vara Agrária de Altamira. Só pra
853 contextualizar a situação, desembargador, é realmente preocupante.
854 Talvez fosse importante a participação dos demais atores em
855 acompanhar de perto esse processo, esses fatos. Já quando da primeira
856 intimação cumprida pelo oficial de justiça, para a audiência de justificação,
857 já foi certificado a ocorrência de uma morte, de uma morte assim, havia
858 um cadáver bem nas proximidades do local do conflito. De início, já tomei
859 as deliberações que entendia pertinentes para investigar do que se
860 tratava. E, posteriormente, quando lá estive, quando da inspeção,
861 segundo os presentes, foi confirmado de que realmente houve um
862 assassinato lá dentro da ocupação, de uma das lideranças daquela
863 ocupação. Não fosse o bastante, situações de graves ameaças ocorridas
864 lá, os moradores dos arredores, principalmente um rapaz chamado
865 Pastor... Agora esqueci. Só que ele teve a audácia de ser ouvido como
866 testemunha arrolada pelos autores, e é um vizinho desse Lote 109 e que
867 estaria, segundo os presentes, promovendo todo e qualquer tipo de
868 arruaça e ameaça lá com os que estavam lá. O aspecto processual, foi
869 negado a liminar; e, mais recentemente, a partir do mês de julho agora,
870 desse ano, se intensificou, se acirrou os conflitos e, segundo narrado pela
871 Defensoria Pública, Dra. Bia, com a utilização da força armada, de
872 policiais militares lá do Anapu, estariam agindo no interior lá do Lote 109,
873 na tentativa de desocupação forçada do lote, né, da fazenda. Então, uma
874 situação que preocupa realmente desde o primeiro contato que lá estive,
875 e a situação está se acirrando a cada dia que passa.
876 Então fosse talvez interessante que os demais membros realmente
877 estivessem, tomassem conhecimento, e, no âmbito de suas atuações,
878 pudessem de algum modo tentar pacificar a situação em que ela se
879 encontra. DES. PRESIDENTE: O senhor não sabe o que a Polícia Civil,
880 não?. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Não me deram
881 retorno. Eu reiterarei... No primeiro momento, eu já provoquei as
882 instituições, por conta do mandado do oficial de justiça, e quando da
883 decisão, da análise da liminar, eu reiterarei os ofícios, já que eu não havia





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS A GRILAGEM.

884 tido resposta ainda. E quando do recebimento do ofício da Defensoria
885 Pública, agora, em julho, eu expedi, provoquei a participação da Ouvidoria
886 para ver se assim, através da Ouvidoria, eu obtivesse a resposta das
887 instituições competentes. LAERCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Só
888 para complementar, Dr. Antônio, nós recebemos ontem a resposta da
889 Polícia Civil e da Superintendência da Polícia Federal. Então recebemos
890 ontem, e ontem mesmo nós encaminhamos a Vossa Excelência. E
891 recebemos hoje, pela manhã, a resposta da Semas, e também já
892 encaminhamos ao seu gabinete, bem como aos membros da Comissão.
893 SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Eu agradeço,
894 desembargador. E mais uma vez se comprova que quando há a atuação
895 mais próxima da Ouvidoria é que as respostas são juntadas ao processo.
896 Muitas das vezes a gente reitera, pede, repete, reitera, reitera, reitera, e
897 as informações não chegam aos autos. Eu só queria só complementar a
898 fala do desembargador Mairton, da doutora representante da OAB, acerca
899 da Dra. Rutiléia, porque conheço de perto essa situação, doutora. A Dra.
900 Rutiléia, ela atua mais proximamente na Comarca de Senador José
901 Porfírio. Como eu foi titular de Senador, ela se sentiu à vontade de me
902 procurar de imediato. O conflito, em tese, segundo ela, que teria dado
903 ensejo à ameaça que ela afirmou ter sofrido, seria justamente o conflito lá
904 da área do Sr. Peixoto, que eu conheço também muito de perto aquele
905 processo. Mas enfim, é uma área muito distante de local onde aconteceu
906 ameaça. De todo modo, de imediato providências já foram... Tomei
907 conhecimento, até pela proximidade que eu tenho com a Dra. Rutiléia,
908 trocamos algumas ideias e já foi determinado uma série de ofícios pela
909 Vara Agrária de Altamira, provocando as instituições competentes para
910 atuar, investigar e proteger a vida da advogada. Esse assunto já foi
911 também levado ao conhecimento da Ouvidoria, que também não ficou
912 inerte, em duas ocasiões, através da Ouvidoria Agrária, em uma reunião
913 ainda lá no TJ - não sei se já nesse prédio ou no anterior -, naquelas
914 reuniões feitas ainda presencialmente lá na sede. O desembargador
915 Mairton já deu prosseguimento, já determinou os ofícios que tinham que
916 ser determinados. E quando da reunião lá em Altamira, que o
917 desembargador esteve presente, ela pediu a palavra relatando a mesma





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

918 situação. E também foram determinadas, pelo desembargador ouvidor,
919 expedientes que se fizessem necessários. Então eu acho que o que cabe
920 ao Judiciário, as medidas foram tomadas. DES. PRESIDENTE: Está
921 preocupante, não está?. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO
922 VILAR: É, preocupante. Agora, não sei se tem muito a ver com o conflito
923 agrário que ela alega que deu ensejo à ameaça, mas enfim, não sei. DES.
924 PRESIDENTE: Olha, aqui estão dizendo, aqui a Polícia Federal, que
925 estão apurando a situação lá de Altamira, estão apurando. O principal fato
926 [ininteligível] estão sendo formalmente investigados pela autoridade
927 policial. Conflitos agrários aqui, no penal, você tem 30 dias para formalizar
928 o inquérito e encaminhar para a Justiça. Parece que conflitos agrários é
929 diferente, né? É. Leva quanto tempo? Quantos anos? Aí é o tal negócio,
930 pergunta-se: por que é que a Polícia Civil não trabalha? Lembro bem, viu,
931 doutora? Eu estive fazendo uma reunião, também de mediação, lá em
932 Tomé-Açu, né? E lá me foi apresentado 510, se não me falha a memória,
933 Boletins de Ocorrência. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu estava lá.
934 DES. PRESIDENTE: Estava né? A Polícia Civil não tinha feito
935 absolutamente nada, né? Dizendo eles que não iam fazer porque era
936 quilombola e era índio, que estavam fazendo com que... Fizeram aquela
937 história toda. Aí eu disse para o delegado de polícia: Não cabe ao senhor
938 fazer ou não fazer, cabe ao senhor apurar. Se a questão é indígena, se a
939 questão é quilombola, se a questão aqui é a Justiça Federal, cabe ao
940 senhor apurar, né? Mas o senhor é inerte aqui. Viu, Dr. [ininteligível]? Ele
941 ouviu, o delegado lá ouviu. Para mim, o senhor inoperante, o senhor é
942 preguiçoso, foi o termo que eu usei para ele. Lembra disso, doutor? As
943 pessoas simplesmente não trabalham e querem dizer que trabalham. Não
944 fizeram nada. E eu disse: Esse conflito vai se acirrar. Ah, mas não deu
945 outra. Não deu outra. O conflito está acirrado. Acredito que só quem está
946 conseguindo solucionar alguma coisa em relação a isso é o nosso juiz
947 agrário, Dr. André Filo-Creão, que esteve lá, está meio pacificando a
948 coisa. Porque ele também é um exímio... todos nós sabemos que é um
949 exímio conciliador, né? E acontece isso, doutora. Acontece isso. Quer
950 dizer, a gente tem que procurar responsabilidade. As pessoas têm que
951 ser responsáveis pelo que fazem, né? Parece que o delegado de lá





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

952 resolveu mandar para a Polícia Federal. A Polícia Federal devolveu
953 porque não tem condições de fazer aquele tipo de investigação. É tipo de
954 investigação é mitigado, tem que ser pela Polícia Civil, depois de entrega
955 para lá, se for o caso. Então depois a Polícia Federal completa. Mas o que
956 não pode é você deixar, foi o que eu falei para ele, o senhor não pode
957 deixar, sob pena de o senhor estar praticando crime por omissão, né? E
958 os conflitos se acirraram por causa disso. O senhor se lembra desse caso,
959 não lembra, doutor, nosso procurador Ibraim?. SR. IBRAIM JOSÉ DAS
960 MERCÊS ROCHA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
961 PRESIDENTE: É lá de Tomé-Açu. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS
962 ROCHA: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE:
963 Exato. Aquilo está acontecendo por inoperância da Polícia Civil. Nada
964 mais do que isso. É só isso. Se ela tivesse tomado conhecimento, tomado
965 as providências... Não é para ela prender ninguém, não é para fazer isso,
966 é para fazer aquilo, é para apurar o caso. Mas não. As pessoas colocam
967 510 Boletins de Ocorrência e a Polícia Civil não faz nada? Ai é
968 complicado. Agora, quantos e quantos também tinham de indígena contra
969 a empresa, de indígena e quilombola, contra a empresa? Também não
970 apurou por quê? Tem que ser apurado também. Se não pode ser dois
971 pesos e duas medidas, tem que ser equacionamento. Então, quando eu
972 falo que as pessoas têm que ver... Procurem, por exemplo, hoje, no meu
973 gabinete, eu termino 10 processos entra 100. Acho que as pessoas só
974 querem litigar hoje, não pensam mais em compor. Acho que as pessoas,
975 hoje, precisam litigar para ter alguma coisa de direito. Mas não é assim,
976 gente. Não é assim. E digo com franqueza, eu estou quase para jogar o
977 boné. É essa proporção: eu decido 10 no dia, é no dia, isso é diário, entra
978 100. Quando não, eu decido 10 entre 50, mas sempre a mais, sempre a
979 mais. Ai vem o CNJ dizer: "Olha, o senhor tem que julgar mais processos
980 - e sonhos sabem disso - do que recebe". Como é que pode? É
981 humanamente impossível você fazer isso. É humanamente impossível.
982 Agora, eu vou dar a desculpa? Posso entregar o boné. Antes disso eu
983 saio. Por quê? Porque eu não estou dando cabo do que me é devido.
984 Agora, a senhora queria falar, minha doutora, o que é que era? SRA.
985 ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Estou com frio aqui. DES.

29..Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-

5705 - e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.





PODER JUDICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

986 PRESIDENTE: Venha para cá. Venha para cá. SRA. ANDRÉIA MACEDO
987 BARRETO: Não vou falar daqui, que já está... Queria voltar um
988 pouquinho, né, Nesse processo que o Dr. Antônio mencionou, que a
989 Defensoria está atuando em favor dos requeridos na ação, que não tem
990 reintegração, até é a informação que eu recebi de Altamira. Mas o Lote
991 109 da Gleba Belo Monte é uma área pública federal, que o grande
992 problema de Anapu são duas grandes glebas: é a Gleba Belo Monte e a
993 Gleba Bacajá, e essas áreas são áreas públicas federais, né, geridas pelo
994 Inbra. E eu vi aqui-.DES. PRESIDENTE: O Inbra lá já foi acionado?. SRA.
995 ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Pois é isso que eu ia colocar. Porque
996 tem o Inbra lá, só que a Superintendência é de Santarém. Isso eu queria
997 pontuar, porque acho que a importância do Inbra nestes processos,
998 porque ele traz elementos, inclusive, até para apreciação da questão
999 possessória. Isso é um ponto que eu ia lhe colocar com relação a esse
1000 caso do Lote 109. O outro aspecto, né, que o senhor já encaminhou aqui,
1001 é a informação da Deca, é que há sempre, nessas áreas, esse conflito da
1002 Polícia Federal dizer que não é competente para fazer investigação, mas
1003 o MPF abriu um inquérito, até notícia que a gente sabe, e a gente sempre
1004 aponta a importância também, claro, a Deca que já está fazendo o
1005 trabalho lá, mas também da Polícia Federal, já que a gente está falando
1006 também de áreas que também são de interesse da União. Então, para
1007 reforçar aí. Dr. Mairton, eu não sei se nas suas diligências inclui o Inbra
1008 Santarém e o MPF Altamira, que é outra gestão lá também, e a Polícia
1009 Federal também de Altamira. Eu vi que Polícia Federal, vocês até
1010 encaminharam informação, mas eu não vi MPF, eu não sei se está nas
1011 suas diligências. DES. PRESIDENTE: Mas deixe só falar com a senhora
1012 o que a senhora colocou aqui, "Pelo exposto, quanto ao conflito armado,
1013 objeto do ofício número tal, pode se inferir que a situação esteja
1014 momentaneamente controlada, uma vez que o entrevistado citou em sua
1015 entrevista que a situação da Gleba Belo Monte, 109, em Anapu,
1016 encontrava-se apaziguada no momento da entrevista. Todavia,
1017 diligências *in loco* ainda são feitas por parte dessa descentralizada, a fim
1018 de que isso seja apurado eventuais irregularidades que ainda estejam por
1019 ocorrer na região, como a grilagem de terras, não obstante outra





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1020 fiscalização para averiguar eventuais perturbações ou conflito armado na
1021 região próxima", ao final, é o que a gente coloca isso. SRA. ANDRÉIA
1022 MACEDO BARRETO: É, pois é. DES. PRESIDENTE: Mas veja bem,
1023 doutora, veja bem, nós, hoje, nós, hoje, nós temos, pelo menos em
1024 segurança pública, a gente tem um convênio, né? A Polícia Federal hoje,
1025 pelas poucas pessoas que eles têm, eles aproveitam o que a Polícia Civil
1026 dos Estados apuram. Então a Polícia Civil, ela não pode e nem deve
1027 deixar de cumprir com a obrigação sob o argumento de que: É a Federal.
1028 Não. SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Não, Dr. Mairton--DES.
1029 PRESIDENTE: Só terminar. Porque se ela está sabendo que está
1030 havendo um conflito que poderá redundar em uma morte, começa pelo
1031 conflito, mas redundar em um falecimento de alguém, um óbito de alguém,
1032 eles têm que apurar, tem que procurar evitar o que está acontecendo, por
1033 exemplo, lá em Tomé-Açu. Lá a situação ficou feia. Ficou feia por quê?
1034 Porque a polícia não tomou as providências devido no seu tempo legal. É
1035 por isso que ainda agora eu fiz a pergunta: quer dizer, então, que a Polícia
1036 Civil agora é diferente o conflito agrário do penal. Você tem 30 dias para
1037 apurar, não apurar, pede mais 30, né, renovar por mais 30, até 90 dias
1038 você apura um crime. Por que conflito agrário é diferente? Leva quanto
1039 tempo para se apurar? Olhe, eu recebi, como magistrado, eu era da área
1040 penal, contra um deputado - não vou dizer o nome - é uma situação lá da
1041 Polícia Federal. Aí ele me pedia prazo, eu dava 90 dias para ele. E olha,
1042 passou um ano, aí eu mandei perguntar o que é que estava havendo com
1043 aquele inquérito, "Ah, não, é porque mudou de delegado e agora eu
1044 peguei e vou fazer...". Falei: O que é isso? Quer dizer, muda o delegado
1045 e arquiva aquilo ali? Vocês entenderam? Aí é por isso que dizem: "É
1046 porque existe - no penal - existe impunidade". Aqui no 'coiso' existe
1047 negligência. Aí existe, depois, quando acontece um crime, aí nós sempre
1048 somos culpados: eu, a senhora, o Inkra, o Iterpa, o juiz agrário, o defensor
1049 público. E começam divagar em relação a essas situações, né? Aí,
1050 quando eu digo: Vamos pegar as nossas instituições e vamos trabalhar.
1051 SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Pois é, vamos trabalhar, então,
1052 doutor. É só para encaminhar, porque como já tem essas duas respostas,
1053 né, o meu requerimento seria submeter aqui à comissão para oficial o





PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1054 MPF, que a gente não sabe qual é o teor, inclusive, dessa investigação
1055 deles, que eles fazem referência; e no caso, o Incra Santarém, que nesse
1056 caso específico do Lote 109 da Gleba Belo Monte. DES. PRESIDENTE:
1057 Tá. Vamos fazer isso. Tá. Vamos fazer isso. Alguma proposta em
1058 contrário ao requerimento da doutora? Não? Então está aprovado. Vamos
1059 fazer. Mas alguém quer falar alguma coisa? **ITEM 8**. SR. MANUEL
1060 RAIMUNDO CARVALHO MORAES: Excelência. DES. PRESIDENTE:
1061 Pois não, doutor? Pode falar. SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO
1062 MORAES: Não, doutor, eu pedi para consignar em Ata o Plano de
1063 Execução de Ações de 2023 do Incra. Já passei para o Laércio, eu estou
1064 só pedindo para consignar. DES. PRESIDENTE: Encaminhou agora?. SR.
1065 MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: Já, já encaminhei para ele.
1066 DES. PRESIDENTE: Ah, tá bom. Tá bom. SR. MANUEL RAIMUNDO
1067 CARVALHO MORAES: E tem uma atualização, na próxima semana eu-
1068 .DES. PRESIDENTE: Eu quero saber o seguinte: esse é o plano seu?. SR.
1069 MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: É, do Incra do Nordeste do
1070 Pará. DES. PRESIDENTE: Eu queria lhe solicitar uma... que o senhor se
1071 dirigisse aos seus colegas, o senhor é representante aqui, na nossa
1072 comissão, dissesse aos colegas e solicita-se o empenho, assim como o
1073 senhor está empenhado, o empenho deles em trabalharem. SR. MANUEL
1074 RAIMUNDO CARVALHO MORAES: No dia 27 e 28, doutor, nós estamos
1075 fazendo uma reunião, estamos fazendo três ações em conjunto aqui: uma
1076 com SPU, outra com o Iterpa, que a gente... Um dos principais gargalos
1077 é essa morosidade de gaveta em gaveta. DES. PRESIDENTE: Tá. SR.
1078 MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: E nós sugerimos, e foi bem
1079 acolhido tanto pelo SPU quanto pelo Iterpa que nós fizéssemos uma
1080 reunião técnica de alinhamento de portarias, de procedimentos e assim
1081 sucessivamente. Em 28 e 29, hoje a confirmar, nós iremos fazer o
1082 encontro com todas as comissões técnicas dos três Incras, SPU e Iterpa,
1083 para nós tratarmos sobre essa questão da regularização fundiária. Então
1084 foi--.DES. PRESIDENTE: Depois dessas decisões aí--. SR. MANUEL
1085 RAIMUNDO CARVALHO MORAES: E aí eu vou tentar, como eles estarão
1086 aqui, eu vou tentar que a gente possa fazer um encontro, algum momento,
1087 para poder, para a gente poder alinhar essas ações aí, tá bom? DES.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS A GRILAGEM.

1088 PRESIDENTE: Isso. Exatamente. Está aí. É uma boa. E é bom também
1089 trazer o Iterpa, tá?.SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES:
1090 Sim, claro. Claro. Claro. Claro. DES. PRESIDENTE: Cadê o homem do
1091 Iterpa? Foi embora?.SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES:
1092 Está aqui. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Voto com o relator aqui. DES.
1093 PRESIDENTE: Pronto. Pronto. Já está sabendo, né, não preciso... Vamos
1094 [ininteligível]. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Não, Excelência, só para não
1095 me alongar, eu sei que tem uma pauta extensa. Só para deixar claro que
1096 o Iterpa tem, hoje, todo interesse, né, Dr. Rai, de fazer uma parceria com
1097 o Incra para que essas burocracias de base, né, de diferença de base de
1098 arrecadação, coisas que no passado geravam problemas para avançar a
1099 regularização, às vezes a pessoa começava em um órgão tinha que
1100 terminar no outro, a gente está tentando, e vai conseguir, né? Isso é um
1101 processo, não é de uma hora para outra, porque tem as formalidades
1102 necessárias, para que isso seja feito em conjunto, em que... aquela
1103 "fungibilidade", digamos assim, se é que seja uma palavra, para aproveitar
1104 os atos de um, os outros órgãos, e esses órgãos terem critérios parecidos,
1105 principalmente o georreferenciamento, que é um gargalo nosso, que
1106 muita gente não consegue agilidade no processo porque não está no
1107 padrão ainda correto do Incra. E a gente tem que fazer esse convênio
1108 para também instruir os profissionais que vão fazer esse papel para que
1109 eles possam comer... Isso, às vezes, come três, seis meses no processo
1110 para ajeitar um georreferenciamento, né?.Então é importante que esse
1111 diálogo exista, né? E o Iterpa tem todo o interesse em reconhecer aquilo
1112 que está fazendo de errado para poder resolver e da frente ter o resultado.
1113 Porque problema a gente já tem bastante, a gente quer agora a solução.
1114 Mas agradeço. DES. PRESIDENTE: Exato. Exato. Tá bom. SR. MÁRIO
1115 ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência. DES. PRESIDENTE: Mário
1116 Solano, pois não?.SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: É só
1117 observação, uma colaboração. Primeiro, parabenizar aqui, os
1118 representantes das duas instituições. Isso é fundamental. O que se quer
1119 é pacificar no campo, e começa exatamente por aí. A hora que regularizar
1120 as coisas, é que nem a cidade, sabe onde é o vizinho, tem placa, tem
1121 CEP, tem tudo. Aí tem responsabilização, as coisas modificam





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1122 completamente. Então, parabéns! Torço, vibro que dê certo. E lembrando
1123 que o grande problema também, dessa falta de interoperabilidade de
1124 sistema, é exatamente a definição da questão digital sobre a questão do
1125 geo, não é? Que mudou de ferramenta, muda de base de dados. A gente
1126 precisa realmente definir qual é: é a do Iterpa? É a do Incra? Não é? É
1127 esse que é o detalhe. Tem que definir isso aí. Definiu, aí todo mundo
1128 cumpre esse mesmo processo, esse mesmo software. Bom, feito isso,
1129 excelência, só para lembrar o seguinte: questão indígena, enfim,
1130 quilombola, o que aconteceu, o que aconteceu em Tomé-Açu, e agora
1131 está acontecendo em 96, só lembrar de uma coisa básica a Súmula 140
1132 do STJ. Já está definido, independente dessas questões, da
1133 responsabilidade do Estado. A Polícia Civil tem que ir, tem que ir lá, as
1134 polícias ostensivas, naquilo, para evitar a ampliação desses conflitos.
1135 Eram essas considerações. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito
1136 bem. Mais alguém quer falar?. SR. MARCOS WAGNER ALVES
1137 TEIXEIRA: Marcos, Defensoria Pública da União. DES. PRESIDENTE:
1138 Pois não, Marcos, pode ir. SR. MARCOS WAGNER ALVES TEIXEIRA:
1139 Só queria sugerir que houvesse um convite para os superintendentes, o
1140 do Nordeste Pará já se encontra aqui, mas de Santarém e o de Marabá,
1141 para que eles viessem apresentar o plano de ação deles e apontar
1142 eventuais problemas que eles tenham, dificuldades que a gente,
1143 enquanto comissão, pudesse colaborar com eles. DES. PRESIDENTE:
1144 Deixa eu lhe falar. Aí eu teria mais dois representantes do Incra. Seria só
1145 um. SR. MARCOS WAGNER ALVES TEIXEIRA: Não, pois é. A sugestão
1146 é do convite aos três superintendentes do Estado do Pará. DES.
1147 PRESIDENTE: Pois é. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seria só para
1148 apresentar o plano?. SR. MARCOS WAGNER ALVES TEIXEIRA: Isso,
1149 apresentação do plano de execução como a SPU solicitou o plano--. DES.
1150 PRESIDENTE: Eles estão me falando aí, que vai ter essa reunião aí, essa
1151 reunião de cúpula do Incra, do Iterpa e da DPU... ORADOR NÃO
1152 IDENTIFICADO: SPU. DES. PRESIDENTE: SPU. Após isso, nós
1153 podemos chamar. Não tem problema nenhum, não. Quanto mais nós
1154 tivermos para resolver os problemas, melhor, mestre. Muito melhor.
1155 Entendeu?. Agora, por exemplo, todos os quatro modificaram, né? Eu não





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1156 sei se o de Santarém mudou. Dr. Manuel, mudou lá, não foi? Está melhor?
1157 Está?.SR. MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA: Está melhor.
1158 [pronunciamento fora do microfone]. Eles estão mais ágeis nas respostas
1159 e estão colaborando. Eu tenho o hábito de fazer a inspeção judicial
1160 quando levanto alguma dúvida; e eles nos acompanham nas inspeções
1161 judiciais até o local, fazem todas as medições. Inclusive, essa semana
1162 mesmo, em razão de uma inspeção judicial e do laudo muito bem
1163 apresentado em um tempo hábil, acabamos fechando um acordo e mais
1164 uma por uma questão de paz no campo. E, realmente, quanto ao Incra,
1165 depois de uma certa mudança que teve, por enquanto eu não tenho o que
1166 falar ali de Santarém, dos processos que estão tramitando a Vara Agrária.
1167 DES. PRESIDENTE: Muito bem, e Marabá?.SR. AMARILDO JOSÉ
1168 MAZUTTI: Bom dia. Desembargador, é o seguinte. Inclusive, queria... eu
1169 ia pedir a palavra porque eu queria pontuar em relação à portaria. Os
1170 membros da portaria eu já conheço, né, são... até o Dr. Horácio foi juiz de
1171 Altamira, né? São todos qualificadíssimos. E eu fiquei muito feliz e eu
1172 fiquei animado com essa parceria aí do Dr. Tiago com o representante do
1173 Incra, porque é o seguinte, ó: para efetividade dessas mediações, o meu
1174 ponto de vista, que eu já estou há oito anos na Vara Agrária de Marabá e
1175 metade das ocupações está na minha região agrária, para efetividade,
1176 para dar certo essa portaria, no meu entendimento, precisa duas coisas:
1177 primeiro, a participação do Iterpa e do Incra. Mas esses órgãos, eles têm
1178 que querer ajudar. Por que eu falo isso? Eu tiro como exemplo o Dr.
1179 Thiago. O Dr. Thiago... inclusive, nós fizemos o ano passado uma
1180 composição lá em Parauapebas que todo mundo ganhou. Ou seja, o
1181 pecuarista saiu com a área regularizada e os sem-terra ganharam área
1182 regularizada. E agora nós vamos fazer uma outra audiência que o Iterpa
1183 vai levar os marcos e vai entregar os títulos lá na audiência, não é isso,
1184 Dr. Tiago? Então, eu até coloquei no despacho que seja a presença do
1185 Dr. Tiago, porque fez toda a diferença. Por que fez a diferença? Porque
1186 nessa audiência o Dr. Tiago tinha carta branca do governador para fazer
1187 o acordo, para poder regularizar. Então, essa política nova do Iterpa com
1188 o Dr. Bruno Kono, essa política que o governo tem feito tem ajudado
1189 muito. Por quê? Porque o objetivo é regularizar. Então, a gente consegue





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1190 regularizar. E o Incra... eu não sei agora. Não vi muita efetividade por
1191 enquanto em Marabá, ainda, eu acredito que vão... que vai mudar, porque
1192 se tiver essa proximidade, na hora da mediação é mais fácil para resolver,
1193 porque o que as partes querem? Isso aqui... está o coronel Solano, que
1194 está aqui presente, que não vai me deixar mentir. O que as partes
1195 querem? Aquela velha palavrinha... os espanhóis falam ganância, mas,
1196 na verdade, parece uma palavra feia, mas é ganhar. Todo mundo quer
1197 ganhar. Então, todo mundo ganha. Por que todo mundo ganha? O cara
1198 tem 16 anos com a área que não consegue ter o acesso à terra para poder
1199 plantar, uma invasão de 16 anos. Se o Iterpa e o Incra participarem e
1200 conseguirem ter uma solução na hora da mediação, a mediação
1201 acontece. Por quê? O que as pessoas querem? Regularização. O
1202 proprietário quer regularização e quer paz para poder trabalhar e o sem-
1203 terra quer um pedacinho de terra. Já resolve o problema. Nós fizemos em
1204 Novo Repartimento ontem uma audiência aonde... que foi o seguinte: era
1205 196 alqueires de terra, o pecuarista chegou ao ponto que falou: "Eu dou
1206 15 alqueires para cada um. Vamos regularizar tudo isso aqui". Pronto. Vai
1207 dar o acordo. Por quê? Porque todo mundo ganha, todo mundo consegue
1208 ganhar. Agora, precisa que os órgãos se comprometam. Aí por isso que
1209 eu me solidarizo com o que o senhor sempre fala, que os órgãos têm que
1210 fazer a parte deles, porque se o Incra não vir da parte dele... Se a gente
1211 vai fazer uma mediação, né, e você... Como é que fica a situação do
1212 Incra? Oficia para o Incra, aí o Incra leva um ano para dar a resposta.
1213 Oficia para o Iterpa, aí não tem interesse. Aí fica na nossa mão. Tenho
1214 vários processos lá. Incra não tem interesse, Iterpa não tem interesse.
1215 Sim, mas e daí? Como é que eu faço? Aí quem é que tem interesse em
1216 resolver, né? Fica na nossa mão, e a gente não consegue resolver, e não
1217 vai resolver. E aí, por outro lado, temos uma Comissão de Direitos
1218 Humanos de 2018 que diz o seguinte: que você, para poder fazer uma
1219 desocupação... Aí o pessoal fala desocupação, aí vêm os movimentos. É
1220 o despejo. O juiz vai despejar. Eu já recebi muito isso nas redes sociais.
1221 "O juiz vai despejar", como se eu quisesse despejar alguém, que eu
1222 quisesse causar um dano para alguém. A gente cumpre a lei, Só que daí
1223 a lei tem que ser cumprida com o menor dano possível. Agora, sem os





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1224 órgãos, uma participação efetiva do Incra e do Iterpa, fica difícil. Agora,
1225 por isso que eu vejo dois, né? Já estão fazendo essa parceria, né? Eu
1226 acho que isso é muito válido. Eu acho que isso aí anima a gente para
1227 poder resolver os conflitos. Eu acho que isso aí vai dar certo. Agora que
1228 já estão juntos, né, isso aí eu acho que anima muito. DES. PRESIDENTE:
1229 Que bom. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É o que eu queria falar.
1230 Obrigado. DES. PRESIDENTE: Isso aí é uma ideia do atual representante
1231 do Incra. Isso é bom, entendeu, reunir todo mundo, viu, doutor... É
1232 Moraes, né? Viu, Moraes, muito boa ideia, excelente. Agora, antes de o
1233 senhor falar, doutor, deixa eu ouvir aqui o Dr. Haroldo. Como é que está
1234 o Incra lá?. SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Bom, desembargador,
1235 o Incra para nós é o mesmo de Marabá, né, porque, como eles disseram,
1236 a unidade é de Marabá. DES. PRESIDENTE: Aham. SR. HAROLDO
1237 SILVA DA FONSECA: Nós temos muita dificuldade em relação às
1238 respostas dos ofícios. DES. PRESIDENTE: Tá. SR. HAROLDO SILVA DA
1239 FONSECA: Muita dificuldade. DES. PRESIDENTE: Dr. Haroldo, como é
1240 que está o Incra lá?. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:
1241 Antônio. DES. PRESIDENTE: Antônio Vilar. SR. ANTÔNIO FERNANDO
1242 DE CARVALHO VILAR: É, em Altamira nós somos... o Incra é submetido
1243 a Santarém. DES. PRESIDENTE: Tá. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE
1244 CARVALHO VILAR: Só que a região de Pacajá, que eu também tenho
1245 processo de Pacajá, se submete a Marabá. DES. PRESIDENTE: Aham.
1246 SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Bom, não... continua
1247 sem funcionar tanto quando eu preciso da Superintendência de Santarém
1248 quanto de Marabá. Os mínimos ofícios não são respondidos--. DES.
1249 PRESIDENTE: Queria pedir ao Moraes... Viu, Moraes, o senhor está
1250 ouvindo aqui são as colocações dos nossos juizes agrários, certo, que
1251 desse um puxão de orelha nos nossos amigos lá que efetivamente... O
1252 senhor como representante da nossa comissão, né? O senhor não está
1253 ali como representante do Incra, mas sim como representante da
1254 comissão, que está ouvindo aqui coisas, né, e mostrar efetivamente o que
1255 é que está ocorrendo no Incra. Aí, sim, aí o senhor vai fazer parte do Incra,
1256 né? Por enquanto, quando começar a falar com eles, comece a falar como
1257 representante da comissão e representante do Incra. "Poxa, se eu vou lá,





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS A GRILAGEM.

1258 eu só ouço, ouço, ouço e me aborreço, me chateio, mas vocês são
1259 culpados, seus desgraçados". É uma situação que pode ser feita,
1260 entendeu? Não sei como o senhor vai falar, está certo? Eu falo assim, né?
1261 Mas é isso. E para ver se a gente chega a um denominador comum,
1262 porque hoje... Quando eu comecei aqui em relação a essa comissão,
1263 rapaz, o que eu detonava o Iterpa não estava... Mas o Iterpa hoje é um
1264 primor. Ai eu tenho que dizer isto. Olha, eu quero dizer também esta
1265 mesma coisa para o senhor ou para quem estiver lá, a mesma coisa, hoje
1266 o Incra é um primor. Nunca mais eu quero dizer que vou pedir a extinção
1267 do Incra. Mas se porventura não se ajeitar, irmão, ai não tem jeito, aí,
1268 como diz o outro, não tem chora minha 'nega'. Não tem jeito, entendeu?
1269 Então... SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Desembargador. DES.
1270 PRESIDENTE: Pois não. SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Só mais
1271 uma ressalva para ser feita: que, assim, como nós, juízes agrários,
1272 tínhamos ainda a competência para julgar os procedimentos de
1273 desbloqueio de matrícula, que até foi retirado agora, voltou somente para
1274 o tabelião, e havia essa necessidade, muitas das vezes, da certidão do
1275 Incra, então os advogados vinham até nós solicitar que, pelo amor de
1276 Deus, não houvesse essa necessidade da certidão do Incra, porque eles
1277 também tinham muita dificuldade de conseguir essas certidões. Então,
1278 assim, era corriqueiro esse pedido deles, que aí eles sabiam que a
1279 informação não ia ter. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO
1280 VILAR: Só também, desembargador, Antônio novamente, de Altamira,
1281 para não incorrer nenhuma injustiça: em Altamira, o Incra era uma
1282 superintendência, né? Virou... Não era antes?. DES. PRESIDENTE: Não,
1283 não, isso não. Só--. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora
1284 do microfone]. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Já...
1285 Pois é. Era. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
1286 microfone]. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Isso. É
1287 isso que eu falei. Ela--. DES. PRESIDENTE: Escritório só, né?. ORADOR
1288 NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR.
1289 ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Sim, sim. Santarém. Pois
1290 é. Não, foi isso que eu falei. Para não incorrer nenhuma injustiça,
1291 Santarém... Altamira tem um servidor do Incra muito dedicado. Acontece





PODER JUDICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1292 que é só ele. É o Danilo Hoodson. Ai fica complicado atender toda a
1293 demanda da região, né? Então, talvez é o caso de uma reorganização do
1294 Incra, de repente voltar a ser superintendência. Facilitaria--.DES.
1295 PRESIDENTE: Mas isso aí eu acho que o Dr. Moraes aí vai conseguir
1296 conciliar essa coisa, juntamente com o DPU, viu, [ininteligível], que o DPU
1297 também não está fora disso, não. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
1298 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Exato. Vamos
1299 lá. [risos]. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Oi. Excelência, só uma sugestão.
1300 Lá em 2019, quando eu assumi a Ouvidoria, nós tínhamos 67 conflitos.
1301 Hoje nós temos 39. Não é porque eu consegui resolver 30 e poucos. Não
1302 foi por isso, porque dois terços desses 30 que saíram da lista eram
1303 juridicamente inviáveis, eram questões... ou eram propriedade privada,
1304 que não cabia ao Iterpa resolver, tinha que ser uma decisão do Poder
1305 Executivo desapropriar ou não, ou mesmo... Então ficavam alimentando
1306 essas pessoas ali, né? Então, a minha sugestão é a seguinte: já que o
1307 senhor citou aí que o Dr. Horácio, Dr. Agenor, que são os que eu conheço,
1308 desculpa aqui não citar os outros juizes, que também devem ter o mesmo
1309 brilhantismo desses que eu citei, é trabalhar no seguinte sentido: o
1310 decreto atual do Iterpa, no art. 62, de regulação fundiária, ele permite que
1311 a Ouvidoria coordene a mediação extrajudicial. Então, por que a gente
1312 também não começa a verificar a possibilidade de treinar os
1313 procuradores, de treinar os servidores do Incra, obviamente que queiram
1314 participar, né, não pode impor isso, mas abrir não para que eles sejam
1315 mediadores nem substituem os juizes, longe disso, mas que eles possam
1316 ter um treinamento para auxiliar, até para instruir, essas possessórias
1317 para que quando elas cheguem no juiz, elas já cheguem com um laudo
1318 também não apenas contando o problema, mas também sugerindo uma
1319 eventual solução. Tem casos que não têm solução, infelizmente, vamos
1320 ser realistas, tem casos que têm que ter a reintegração e ponto final,
1321 entendeu, o sujeito é o proprietário, o sujeito tinha punção social, e ele
1322 não pode ser rebulhado, mas tem casos, e não são poucos também, de
1323 especuladores, de pessoas que estão em áreas com documentos que
1324 nunca produziram ou então estão, de repente, criando uma reserva de
1325 mercado ali com aquele documento. Existe, infelizmente, existe. Então, a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1326 mediação, eu vejo, ela não é... vai resolver tudo, mas vai ajudar, e muito.
1327 Então... Só que o que eu sinto até hoje? Eu fiz alguns cursos de mediação.
1328 Eu não tenho aquela mediação profissional que é dada... o curso, tem um
1329 curso, né? Então, se a gente não profissionaliza, se a gente não treina a
1330 mão de obra, não adianta nada, entendeu? E tem excelentes
1331 geomensores no Incra e no Iterpa, né, profissionais de alto gabarito, que
1332 sabem muito sobre o metiê deles, mas se eles tiverem um treinamento
1333 correto, eles vão ajudar, e muito. Inclusive, tem casos, a gente sabe
1334 disso... Como eles estão na linha de frente, convivendo com as pessoas,
1335 sabendo a dor e a delícia, como diria Caetano Veloso, de ser cada um o
1336 que é ali, né, então essas pessoas têm muito a contribuir. Eu gostaria...
1337 Eu sei que é difícil, o Tribunal tem vagas limitadas, na época que eu fui
1338 me inscrever não era para todo mundo, mas pensar em uma maneira de
1339 dar um treinamento talvez não tão complexo quanto esse curso de
1340 mediação, que demora um ano, né, que realmente tem que ter vontade
1341 de querer aprender aquilo ali, é complexo, e no dia a dia do servidor... É
1342 muito simples para mim aqui dizer: Olha, trabalhe lá. Não é isso. Mas
1343 aqueles que queiram, eu tenho certeza que muita... E eu vejo colegas no
1344 Iterpa que têm esse perfil, que vão para a linha de frente e conversam.
1345 DES. PRESIDENTE: Deixa eu lhe falar. Quem vai dar esse curso para
1346 nós, tá, é a Dra. Fabiane Pieruccini. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
1347 JUNIOR: Pieruccini. DES. PRESIDENTE: Como é o nome?.SR.
1348 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Pieruccini. DES.
1349 PRESIDENTE: Pieruccini. Olha, eu não sabia. Pieruccini? É. [risos].DES.
1350 PRESIDENTE: É ela que vai dar esse curso para a gente. ORADOR NÃO
1351 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
1352 PRESIDENTE: E vai ser... Viu, Dr. Tiago, vai ser via internet. Melhor. SR.
1353 MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: Dr. Mairton. DES.
1354 PRESIDENTE: Pois não. SR. MANUEL RAIMUNDO CARVALHO
1355 MORAES: Dois elementos que eles são importantes que vieram na Pauta:
1356 um é essa questão dos servidores do Incra, do número de servidores. O
1357 Incra - vou dizer aqui da nordeste do Pará - já teve 420 servidores. Hoje,
1358 nós temos menos de cem em atuação. Eu estou... vou completar seis
1359 meses no Incra, talvez eu saia do Incra... se eu sair amanhã do Incra, eu





PODER JUDICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1360 já sou o superintendente que mais aposentou, entendeu? Mais assinou...
1361 ou melhor, mais assinou aposentadoria. E tem uma fila de no mínimo dez
1362 solicitando aposentadoria. Então, o Incra é um órgão envelhecido também
1363 do ponto de vista da mão de obra. É envelhecido. Então, agora nós
1364 estamos... está em curso um concurso do Incra para 704 vagas para o
1365 Brasil todo, né? Se me mandarem dez, já tem muita gente, já é muito
1366 importante, mas é claro que na nossa superintendência, que é a maior em
1367 assentados do Brasil, tenho para mais de 102 mil famílias assentadas...
1368 Então, essa é uma questão, a questão do corpo humano, da
1369 disponibilidade humana para executar o trabalho. Ai isso [ininteligível]. E
1370 nós estamos também aqui no Pará com duas coisas nesse início de ano
1371 que pesam muito para nós. Tipo a desintrusão da Alto Rio Guamá. Nós
1372 ficamos quase três meses dedicados em colaborar com a desintrusão Alto
1373 Rio Guamá. Agora está lá em São Félix, né, que está fazendo a
1374 desintrusão lá em São Félix também. DES. PRESIDENTE: Certo. SR.
1375 MANUEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES: Então, isso também toma
1376 muito tempo da turma. O superintendente de Marabá, o Reginaldo, não
1377 tem procuração para falar, mas ele semana passada estava pedindo
1378 ajuda para disponibilizar alguns servidores para fazer esse trabalho de...
1379 que está lá uma pilha de muita coisa, porque se nós aqui já temos um
1380 contingente pequeno, imagina Marabá, imagina Santarém, entendeu?
1381 Então, também essa realidade, ela é muito clara. A outra é sobre a base
1382 cartográfica. Um dos maiores problemas como consequência dos
1383 conflitos e sucessivamente é essa divergência de base cartográfica, Incra
1384 e Iterpa. E nós conversamos, há um mês nós estamos construindo o
1385 processo, que nós queremos... nós não vamos conseguir esse ano, mas
1386 nós queremos no início do ano apresentar uma base cartográfica única,
1387 unificada, entendeu? DES. PRESIDENTE: Ah, que bom. SR. MANUEL
1388 RAIMUNDO CARVALHO MORAES: O Iterpa... Parabéns ao Terra, que
1389 tem já muita tecnologia no seu processo de organização,
1390 administrativamente, tem uma base cartográfica bem mais tecnológica,
1391 entendeu, está me dizendo aqui que foi cinco anos para fazer isso, e nós
1392 estamos trabalhando nessa perspectiva também. Veja o quanto isso é
1393 importante, doutor, para inclusive resolver conflitos. Na Mesa Quilombola,





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1394 o maior... a maior tensão na Mesa Quilombola, que inclusive foi a
1395 possibilidade de uma ocupação ao Incra, foi a questão de o que é na Nova
1396 Betel e na [ininteligível]. Então, o que é do Incra e o que é do Iterpa? Ai
1397 os documentos ficam passando um para o outro. Eu falei: Então vamos
1398 fazer o seguinte: vamos lá, junta uma comissão, a gente segue aqui, uma
1399 comissão vai lá na base cartográfica. Chamamos... a Dra. Ione chamou
1400 representante do Iterpa, chegou lá e nós fomos lá para o nosso espaço
1401 da cartografia, e foi apresentado, e rapidinho lá: "Isso aqui é do Incra, isso
1402 aqui é do Iterpa", e pronto. "Tem divergência?". "Não". "Então toca. Incra
1403 toca o dele e Iterpa...". Pronto. Aquilo ali foi o motivo para o Incra não ficar
1404 ocupado, um exemplo. É uma informação clara, uma informação
1405 cristalizada. Então, isso é muito importante. Então... Mas nós estamos
1406 fazendo um esforço danado, que é para ter uma base cartográfica no
1407 estado do Pará, tanto Incra e Iterpa, já... se Deus quiser, nós queremos
1408 apresentar isso de forma unificada no início do ano. DES. PRESIDENTE:
1409 É a melhor coisa que tem. Sabe por quê? Porque esse é um caso
1410 específico só, isolado. Nós temos uma imensidão. Mas que bom, que
1411 bom. Quanto mais tiver, melhor. Mais alguém, gente? Eu queria só
1412 esclarecer que a... Quando é que vai ser a entrega lá no Ananindeua?
1413 Que teve a direção especificamente aqui da Ouvidoria Agrária, nós
1414 conseguimos conciliar um conflito que tinha aqui em Ananindeua. Como
1415 é o nome lá?. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Jardim das
1416 Castanheiras. DES. PRESIDENTE: Hein?. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS
1417 ROSA JUNIOR: Jardim das Castanheiras. DES. PRESIDENTE: Jardim
1418 das Castanheiras. Viu, nós conseguimos, e... Quando é que vai
1419 entregar?. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Vamos
1420 comunicar a data, mas está prevista para a partir do dia 23 de setembro.
1421 DES. PRESIDENTE: É. O prefeito vai entregar lá títulos novos, lá, para o
1422 Jardim das Castanheiras, né?. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
1423 JUNIOR: Isso. DES. PRESIDENTE: Que bom. ORADOR NÃO
1424 IDENTIFICADO [01:56:48]: O senhor quer ver? Em Marabá, tem uma
1425 senhora que ela cuida da cartografia [ininteligível] nessa sala aqui. Se um
1426 dia essa senhora vier a falecer, que Deus a abençoe, que ela dure mais
1427 200 anos, vai acabar com toda a questão... É só ela que sabe de tudo





PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM.

1428 DES. PRESIDENTE: No Incra?. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É. D.
1429 Gislaine. Chega lá... que [ininteligível] só ela. Quer dizer, é um patrimônio
1430 ela mesma, que ninguém mais [ininteligível] papel lá guardado embaixo
1431 de uma gaveta ou um mapa velho. Então, [ininteligível]. [risos]. DES.
1432 PRESIDENTE: Tá bom, gente? Então, como não há mais nada a ser
1433 tratado--SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência?
1434 Excelência, só o seguinte: mais uma vez aplaudo, dessa vez de pé, o
1435 desejo de quem realmente quer a paz social no campo dessa integração
1436 entre Iterpa e Incra. DES. PRESIDENTE: Sim. Que bom. SR. MÁRIO
1437 ALFREDO SOUZA SOLANO: Isso aí é um sonho a ser realizado. O
1438 senhor é testemunha, assim como alguns membros aqui da comissão,
1439 que nós externamos há muitos anos: exatamente o problema está nos
1440 entes federativos, porque ninguém sabe onde começa e onde termina do
1441 município, onde começa e onde termina do estado e onde começa e onde
1442 termina da União. O senhor se lembra, agora na Corregedoria teve uma
1443 reunião, mês passado, e na comissão da Corregedoria eu fiz uma
1444 pergunta... Não era o nosso amigo Tiago que estava presente, era o
1445 Ricardo, e eu fiz uma pergunta objetiva, porque estava se tratando disso.
1446 Quantos... Eu não vou nem perguntar em quilômetros, vou perguntar:
1447 quantos por cento deste território que se diz do Pará é do estado? Não se
1448 sabe. Tem um percentual próximo, mas não tem... Próximo. Então, na
1449 atual conjuntura, século 21, com toda a tecnologia que se tem, falta isto,
1450 integrar os dados, definir a base de dados. ORADOR NÃO
1451 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. MÁRIO
1452 ALFREDO SOUZA SOLANO: Pois é. Em tese, porque não tem a
1453 discriminatória de todo. Então, de forma objetiva, parabéns. Sucesso.
1454 Conte com a gente naquilo que for possível, porque isso é o fundamental
1455 para pacificar o problema no campo. Parabéns. Bom dia. DES.
1456 PRESIDENTE: Muito bem. Muito obrigado. Então, como não há mais
1457 nenhuma--SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Viu,
1458 presidente? Viu, presidente? Esta secretaria pede licença a Vossa
1459 Excelência para comunicar e registrar aos membros a passagem do seu
1460 aniversário no dia 1º de setembro, do Dr. André Luiz Filo-Creão no dia 4
1461 e do Dr. Haroldo no dia 10. DES. PRESIDENTE: Ah, obrigado. [risos].



